



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, serão divulgadas no prazo legal no endereço eletrônico [www.santander.com.br/](http://www.santander.com.br/).

### 1. Conjuntura Econômica

Ao final do quarto trimestre de 2021, o Banco Santander observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 4,7% em 2021 frente à contração de 4,06% no ano anterior. A projeção para 2021 é menor à observada no final do terceiro trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou aquém do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral desazonalizada de 0,34% para o terceiro trimestre de 2021, enquanto o número observado foi de contração de 0,1% nos mesmos termos. Contudo, os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com a estimativa do Santander para o crescimento do PIB no trimestre anterior, e reforçaram a expectativa do Banco de que a economia brasileira crescerá 4,7% em 2021.

No terceiro trimestre, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 10,6%, patamar acima da meta determinada para 2021 (3,75%) e superior ao valor interanual de 9,6% projetado pelo Santander para o ano de 2021. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 5,25% a.a. para 6,25% a.a. no terceiro trimestre e tenha estendido o ciclo de alta no quarto trimestre, quando a Selic atingiu o patamar de 9,25% a.a. na reunião do Copom de dezembro de 2021. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,25% a.a. ao final de 2022 e poderá recuar para 9,00% a.a. no encerramento de 2023.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o terceiro trimestre de 2021 cotada a R\$ 5,44/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$ 5,00/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real perdurou no quarto trimestre, com a taxa de câmbio encerrando 2021 em R\$ 5,58/US\$, e está alinhada com a previsão do Santander de que a ela encerrará o ano de 2022 cotada a R\$ 5,70/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou menos favorável do que nos períodos anteriores, tendo os seguintes temas como destaques: 1) início da redução dos estímulos monetários por parte do banco central norte-americano e 2) aumento dos casos de coronavírus em virtude da nova variante ômicron (especialmente na Europa), o que poderia implicar na volta de restrições de mobilidade mais rigorosas. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação da PEC dos Precatórios, que mudará a estrutura fiscal e; 2) continuidade das pressões inflacionárias, condicionando o contexto econômico vigente.

### 2. Desempenho

#### 2.1) Resultado Societário

<b>Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)</b>	<b>12M21</b>	<b>12M20</b>	<b>variação anual %</b>	<b>4T21</b>	<b>3T21</b>	<b>variação trimestral %</b>
Recetas da Intermediação Financeira	99.112,2	108.988,3	(9,1)	29.303,2	39.555,9	(25,9)
Despesas da Intermediação Financeira	(59.797,4)	(87.751,0)	(31,9)	(19.749,6)	(31.149,0)	(36,6)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)</b>	<b>39.314,9</b>	<b>21.237,3</b>	<b>85,1</b>	<b>9.553,6</b>	<b>8.406,9</b>	<b>13,6</b>
Outras Recetas (Despesas Operacionais (a))	(15.652,3)	(12.555,1)	24,7	(4.111,8)	(4.012,4)	2,5
<b>Resultado Operacional</b>	<b>23.662,6</b>	<b>8.682,3</b>	<b>172,5</b>	<b>5.441,8</b>	<b>4.394,5</b>	<b>23,8</b>
Resultado não Operacional	9,0	239,0	(96,2)	(42,3)	23,2	(282,3)
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>23.671,6</b>	<b>8.921,2</b>	<b>165,3</b>	<b>5.399,5</b>	<b>4.417,7</b>	<b>22,2</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(6.503,2)	6.539,5	(199,4)	(951,2)	374,9	(353,7)
Participações no Lucro	(2.059,7)	(1.857,9)	10,9	(618,0)	(501,2)	23,3
Participações dos Acionistas Minoritários	(120,9)	(133,4)	(9,3)	(33,9)	(19,1)	77,5
<b>Lucro Líquido Societário</b>	<b>14.987,7</b>	<b>13.469,4</b>	<b>11,3</b>	<b>3.796,4</b>	<b>4.272,2</b>	<b>(11,1)</b>

<b>Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)</b>	<b>12M21</b>	<b>12M20</b>	<b>variação anual %</b>	<b>4T21</b>	<b>3T21</b>	<b>variação trimestral %</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	23.671,6	8.921,2	165,3	5.399,5	4.417,7	22,2
Hedge Cambial	2.236,9	13.271,2	(83,1)	782,2	2.247,1	(65,2)
<b>Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado</b>	<b>25.908,5</b>	<b>22.192,4</b>	<b>16,7</b>	<b>6.181,7</b>	<b>6.664,8</b>	<b>(7,2)</b>

<b>Imposto sobre a Renda (R\$ Milhões)</b>	<b>12M21</b>	<b>12M20</b>	<b>variação anual %</b>	<b>4T21</b>	<b>3T21</b>	<b>variação trimestral %</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	(6.503,2)	6.539,5	(199,4)	(951,2)	374,9	(353,7)
Hedge Cambial	(2.236,9)	(13.271,2)	(83,1)	(782,2)	(2.247,1)	(65,2)
<b>Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado</b>	<b>(8.740,1)</b>	<b>(6.731,7)</b>	<b>29,8</b>	<b>(1.733,4)</b>	<b>(1.872,2)</b>	<b>(7,4)</b>

O Banco Santander vem demonstrando uma evolução consistente na rentabilidade. Essa performance está suportada pelo crescimento da base de clientes, atingindo recorde histórico na conquista, e principalmente pela maior vinculação destes clientes com o banco e pelo aumento da transacionalidade. A margem financeira bruta atingiu R\$ 55.617 milhões em 2021, apresentando alta de 8,8% em doze meses. A boa performance se deve a margem com clientes, que cresceu 9,8% no ano, influenciada principalmente por maiores volumes.

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$ 18.879 milhões em 2021, alta de 13,9% no ano e de 3,1% no trimestre, ambas as variações foram suportadas principalmente pelo crescimento das receitas de cartões, seguros e administração de fundos, commodities e bens, contrapondo a queda nas receitas de serviços de conta corrente totalizaram, que foi R\$ 3.812 milhões no ano, redução de -3,9% em relação ao ano passado e de -6,3% no trimestre, em razão, principalmente do crescimento da transacionalidade via PIX.

As despesas gerais alcançaram R\$ 21.212 milhões em 2021, alta de 3,9% no ano, significativamente abaixo da inflação de 10,06% do período, e do crescimento das receitas totais (+10,1% no ano). Em 2021, o Banco Santander atingiu um índice de eficiência de 35,3%, uma melhoria de 9p.p. em 12 doze meses. Esse desempenho evidencia o nosso comprometimento com a produtividade, resultado da estratégia de captura constante de oportunidade, por meio da integração da nossa plataforma e industrialização dos nossos processos.

O retorno do exercício tomando por base o resultado contábil sobre o patrimônio líquido médio atingiu 18,72%, aumento de 1,1 p.p. comparado ao mesmo período de 2020.

**a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo**  
O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento do Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza captações externas e instrumentos derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, a partir de janeiro de 2021, 50% dos ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros passaram a ser computados na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no país, enquanto que os ganhos ou perdas das obrigações e dos instrumentos derivativos utilizados como cobertura são 100% tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses instrumentos derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. A partir de 2022, toda variação cambial passará a ser computada na base tributável do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/COFINS) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

<b>Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo (R\$ Milhões)</b>	<b>12M21</b>	<b>12M20</b>	<b>variação anual %</b>	<b>4T21</b>	<b>3T21</b>	<b>variação trimestral %</b>
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	3.862,1	16.791,9	(77,0)	1.426,0	4.380,5	(67,4)
Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(6.374,1)	(30.374,9)	(79,0)	(2.315,8)	(6.927,6)	(66,6)
IR/CSLL	2.236,9	13.271,2	(83,1)	782,2	2.247,1	(65,2)
PIS/COFINS - Despesas tributárias	275,1	311,8	(11,8)	107,7	300,8	(64,2)

#### 2.2) Ativos e Passivos

<b>Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)</b>	<b>Dez/21</b>	<b>Dez/20</b>	<b>variação anual %</b>
Ativo Circulante	509.576,8	601.809,9	(15,3)
Ativo Não Circulante	453.799,1	397.955,9	14,0
<b>Total do Ativo</b>	<b>963.376,0</b>	<b>999.765,9</b>	(3,6)
Passivo Circulante e Não Circulante	882.996,9	919.291,5	(3,9)
Resultados de Exercícios Futuros	382,3	355,5	7,5
Participação dos Acionistas Minoritários	1.257,2	1.150,7	9,3
Patrimônio Líquido	78.739,6	78.968,2	(0,3)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>963.376,0</b>	<b>999.765,9</b>	(3,6)

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

<b>(R\$ Milhões)</b>	<b>Dez/21</b>	<b>Dez/20</b>	<b>variação anual %</b>
Carteira de Crédito	462.749,3	411.654,8	12,4
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos	248.795,7	266.088,4	(6,5)
Aplicações Interfinanceiras de Liqueidez	33.629,3	69.698,3	(51,8)
Relações Interfinanceiras	88.376,6	91.011,3	(2,9)

#### 2.3) Carteira de Crédito

<b>ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)</b>	<b>Dez/21</b>	<b>Dez/20</b>	<b>variação anual %</b>
Pessoa Física (1)	208.751,8	173.627,0	20,3
Financiamento ao Consumo	65.312,7	60.256,3	8,4
Pessoa Física (1)	56.587,4	53.974,2	4,8
Pessoa Jurídica	8.725,3	6.282,1	38,9
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	61.611,5	55.914,9	10,2
Grandes Empresas	125.614,6	121.183,5	3,7
Sim	1.458,7	673,1	116,7
<b>Total Carteira de Crédito</b>	<b>462.749,3</b>	<b>411.654,8</b>	<b>12,4</b>
Outras Operações com Riscos de Crédito	118.136,5	99.311,8	19,0
<b>Total Carteira ampliada (bruta)</b>	<b>580.885,8</b>	<b>510.966,6</b>	<b>13,7</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (2)	(29.334,2)	(25.067,0)	(14,6)
<b>Total Carteira de Crédito (líquida)</b>	<b>551.551,6</b>	<b>485.899,6</b>	<b>15,1</b>

(1) Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$ 266.833 em 31 de dezembro de 2021 (31/12/2020 - R\$ 227.601).

(2) Adicional à provisão para empréstimos, também inclui debêntures, FIDC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de aquisição e avais e fianças.

**Indadimplência**  
O índice de inadimplência superior a 90 dias aumentou 0,12 p.p. no ano e atingiu 2,7% em dezembro de 2021, menor patamar já registrado. Esse movimento foi resultado da melhoria do índice dos segmentos PF e PJ que ainda são influenciados, em parte, pelo efeito das prorrogações de pagamentos oferecidas aos nossos clientes. Além disso, o mix de produtos, com menor participação dos rotativos, também contribui positivamente para o bom desempenho do índice de inadimplência. Em três meses, o indicador ficou estável.

O índice de inadimplência de 15 a 90 dias atingiu 3,5% em dezembro de 2021, redução de -0,2 p.p. no ano em ambos segmentos. No trimestre, o índice reduziu 0,3 p.p., beneficiado também pelo aumento da carteira de crédito no período.

O saldo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa 5,9% da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2021, 6,1% em 31 de dezembro de 2020.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízo no exercício de 2021 e de 2020, foi de R\$ 11.934 milhões e R\$ 13.689 milhões, respectivamente, apresentando uma redução de -12,8%.

#### 2.4) Captações com Clientes

<b>Captações com Clientes (R\$ Milhões)</b>	<b>Dez/21</b>	<b>Dez/20</b>	<b>variação anual %</b>
Depósitos à vista	40.454,3	41.821,3	(3,3)
Depósitos de poupança	65.220,1	63.306,5	3,0
Depósitos a prazo	293.242,3	279.778,6	4,8
Debêntures/LC/LC/LA/LIG (1)	61.921,8	52.382,8	18,2
Letras Financeiras/COE	32.623,7	18.462,0	76,7
<b>Total das Captações</b>	<b>493.462,1</b>	<b>455.751,2</b>	<b>8,3</b>

(1) Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Imobiliárias Garantidas.

#### 2.5) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate das Notas emitidas no exterior (Notas) que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de US 2,5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018.

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas, em dólares norte-americanos, no valor de US\$ 2,5 bilhões, para composição do Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulation S no âmbito do Securities Act, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notas pusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação resultou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas.

Nos meses de novembro e dezembro de 2021, foi realizada a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação, cujos recursos foram utilizados para compor o Nível II do Patrimônio de Referência (PR), no montante total de R\$ 5,5 bilhões, em negociações com investidores privados. As Letras Financeiras possuem prazo de vencimento de 10 (dez) anos com opção de resgate e recompra de acordo com a regulamentação aplicável.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

<b>Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital</b>	<b>dez-21</b>		<b>dez-20</b>			
<b>Características Específicas</b>	<b>Nível I (a)</b>	<b>Nível II (a)</b>	<b>Nível II</b>	<b>Nível II</b>	<b>Nível I (a)</b>	<b>Nível II (a)</b>
Emissão	nov-18	nov-18	nov-21	dez-21	nov-18	nov-18
Principal	US\$1.250	US\$1.250	R\$5.300	R\$200	US\$1.250	US\$1.250
Taxa de Juros	7,250%	6,125%	CDI+2%	CDI+2%	7,250%	6,125%
Vencimento	Sem Prazo (Perpétuo)	nov-28	nov-31	dez-31	Sem Prazo (Perpétuo)	nov-28
Valor Contábil	R\$7.050	R\$7.038	R\$5.351	R\$202	R\$6.554	R\$6.565
Periodicidade de Pagamento	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019

(a) Notas recompradas, conforme autorização do Bacen em 18 de dezembro de 2018. A partir da data de autorização, os mesmos foram excluídos do Nível I e Nível II do PR.

(b) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

As Notas emitidas em 2018, possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$ 150 mil e em múltiplos inteiros de US\$ 1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notas poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notas, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notas; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

#### 2.6) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou queda de 0,3% em comparação a 31 de dezembro de 2020.

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foi decorrente, principalmente, do lucro líquido do período no montante de R\$ 14.988 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial negativo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$ 3.597 milhões, da redução de capital no valor de R\$ 2.000 milhões devido a cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet") vide nota 21 a e do pagamento de dividendos no montante de R\$ 6.000 milhões e dos Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$ 3.649 milhões.

#### Ações em Tesouraria

Abaixo, a movimentação das Ações em Tesouraria:

	<b>Dez/21 Quantidade Units</b>	<b>Dez/20 Quantidade Units</b>
<b>Ações em Tesouraria no início do período</b>	<b>18.829</b>	<b>16.702</b>
Aquisições de Ações	91	5.052
Alienações - Remuneração Referenciada em Ações	(3.165)	(2.925)
<b>Ações em Tesouraria no final do período</b>	<b>15.755</b>	<b>18.829</b>
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 711.268	R\$ 789.587
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	R\$ 1.771
<b>Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais</b>	<b>R\$ 713.039</b>	<b>R\$ 791.358</b>
<b>Custo/Cotação da Ação</b>	<b>Units</b>	<b>Units</b>
Custo mínimo	R\$ 7,55	R\$ 7,55
Custo Médio Ponderado	R\$ 33,86	R\$ 33,24
Custo Máximo	R\$ 49,55	R\$ 49,55
Cotação da Ação	R\$ 29,98	R\$ 44,83

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, houve destaque de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, conforme abaixo:

<b>Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (R\$ Milhões)</b>	<b>Dez/21</b>	<b>Dez/20</b>
Juros sobre o Capital Próprio	3.649,0	3.325,0
Dividendos Intercalares	6.000,0	0,0
<b>Total</b>	<b>9.649,0</b>	<b>3.325,0</b>

#### 2.7) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR). PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.193/2013 e nº 4.783/2020, até setembro de 2021 a exigência de PR estava em 10,625%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,625% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I era de 8,625% e o Capital Principal Mínimo de 7,125%.

No mês de outubro de 2021 o Adicional de Conservação de Capital aumentou para 2,00%. Desta

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

BALANÇO PATRIMONIAL						Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
Notas	Banco		Consolidado		Notas	Banco		Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
<b>Ativo Circulante</b>					<b>Passivo Circulante</b>						
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>16.361.758</b>	<b>19.522.250</b>	<b>16.386.974</b>	<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>						
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>443.560.677</b>	<b>511.695.788</b>	<b>425.610.218</b>	<b>521.618.612</b>	Depósitos	17	302.306.231	292.520.822		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	85.800.514	112.963.929	31.388.970	68.116.477	Captações no Mercado Aberto	17	85.154.534	119.188.451		
Títulos e Valores Mobiliários	6	78.980.822	96.534.510	93.620.934	107.235.066	Obrigações por Empréstimos	17	76.021.633	53.750.603		
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	15.273.412	17.886.650	7.279.673	18.446.009	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17	4.387.014	4.920.596		
Operações de Crédito	8	113.914.019	114.776.536	144.239.508	141.271.392	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17	28.875.943	36.043.882		
Outros Ativos Financeiros	10	149.591.910	169.534.163	149.081.133	186.549.668	Instrumentos Financeiros Derivativos	6	14.479.201	17.389.567		
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>					<b>Outros Passivos Financeiros</b>						
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.e</b>	<b>(6.208.228)</b>	<b>(7.078.539)</b>	<b>(7.706.994)</b>	<b>(8.563.593)</b>	<b>Outros Passivos</b>					
<b>Outros Ativos</b>	<b>12</b>	<b>67.383.339</b>	<b>61.096.086</b>	<b>73.005.988</b>	<b>67.180.324</b>	Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	20.a	87.702	33.573		
<b>Ativos Fiscais Correntes</b>		<b>1.353.477</b>	<b>1.088.694</b>	<b>1.163.283</b>	<b>1.156.779</b>	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	20.b	1.565.666	2.343.001		
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>458.365.721</b>	<b>403.900.472</b>	<b>453.799.131</b>	<b>397.955.933</b>	Outras Provisões	19	1.527.594	1.348.726		
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>387.956.693</b>	<b>331.190.945</b>	<b>400.059.113</b>	<b>339.374.177</b>	Diversos	19	7.037.296	22.420.566		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	33.250.243	30.940.159	2.240.349	1.581.776	<b>Passivos Fiscais Correntes</b>	<b>11</b>	<b>940.470</b>	<b>955.784</b>		
Títulos e Valores Mobiliários	6	129.206.353	119.283.560	134.085.048	126.013.272	<b>Passivo não Circulante</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	13.667.486	14.394.066	13.810.051	14.394.066	<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>					
Operações de Crédito	8	203.445.400	164.803.732	239.240.166	196.839.325	Depósitos	17	104.576.178	99.950.659		
Outros Ativos Financeiros	10	8.377.211	1.769.428	10.683.500	545.738	Captações no Mercado Aberto	17	15.715.553	40.783.009		
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>					<b>1.578.582</b>	Obrigações por Empréstimos	17	3.707.117	1.221.159		
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.e</b>	<b>(17.165.339)</b>	<b>(14.756.906)</b>	<b>(19.424.301)</b>	<b>(16.503.895)</b>	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17	7.466.070	7.827.793		
<b>Outros Ativos</b>	<b>12</b>	<b>14.489.073</b>	<b>15.179.345</b>	<b>17.360.213</b>	<b>17.774.260</b>	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17	86.967.036	51.015.924		
<b>Ativos Fiscais</b>		<b>35.767.085</b>	<b>36.879.209</b>	<b>41.289.987</b>	<b>41.894.356</b>	Instrumentos Financeiros Derivativos	17	17.676.138	17.737.559		
Correntes		2.593.535	1.130.228	3.331.917	1.973.522	Outros Passivos Financeiros	18.a	26.337.405	14.229.221		
Diferidos	11	33.173.550	35.748.981	37.958.070	39.920.834	<b>Outros Passivos</b>					
<b>Investimentos</b>		<b>25.980.085</b>	<b>23.208.562</b>	<b>428.488</b>	<b>332.851</b>	Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	20.b	4.224.532	4.216.171		
Participações em Coligadas e Controladas	14	25.958.916	23.187.617	408.693	311.852	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	20.b	3.468.009	3.578.881		
Outros Investimentos		21.169	20.945	19.795	20.939	Outras Provisões	19	931.767	811.461		
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>15</b>	<b>6.066.686</b>	<b>6.102.538</b>	<b>6.384.348</b>	<b>7.046.685</b>	Diversos	19	46.676.670	24.973.380		
Imóveis de Uso		2.463.155	2.443.916	2.752.082	2.744.391	<b>Passivos Fiscais</b>					
Outras Imobilizações de Uso		13.292.159	12.405.737	13.528.400	14.220.916	Diferidos	11.b	2.030.169	4.433.050		
(Depreciações Acumuladas)		(9.688.628)	(8.747.115)	(9.896.134)	(9.918.622)	<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>					
<b>Intangível</b>	<b>16</b>	<b>5.271.438</b>	<b>6.096.779</b>	<b>6.122.700</b>	<b>6.471.617</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>					
Agio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	28.523.504	28.155.084	29.680.240	Capital Social	<b>21</b>	<b>78.844.071</b>	<b>79.182.877</b>		
Outros Ativos Intangíveis		10.793.517	9.510.686	11.145.052	10.208.203	Reservas de Capital	<b>21.a</b>	<b>55.000.000</b>	<b>57.000.000</b>		
(Amortizações Acumuladas)		(32.742.594)	(31.937.411)	(33.177.436)	(33.416.826)	Reservas de Lucros	<b>21.c</b>	<b>387.537</b>	<b>302.665</b>		
						Ajustes de Avaliação Patrimonial	<b>21.c</b>	<b>27.954.392</b>	<b>23.128.797</b>		
						Lucros Acumulados		(3.784.819)	(457.227)		
						(Ações em Tesouraria	<b>21.d</b>	-	-		
						<b>Participação dos Acionistas Minoritários</b>	<b>21.e</b>	(713.039)	(791.358)		
						<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>78.844.071</b>	<b>79.182.877</b>		
						<b>Total do Passivo</b>		<b>980.816.744</b>	<b>990.224.751</b>		
<b>Total do Ativo</b>		<b>980.816.744</b>	<b>990.224.751</b>	<b>963.375.970</b>	<b>999.765.872</b>			<b>963.375.970</b>	<b>999.765.872</b>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS						Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
Notas	Banco		Consolidado		Notas	Banco		Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>					<b>Operações de Crédito</b>						
Operações de Crédito		64.417.311	89.510.090	99.165.058	68.859.100	99.112.242	108.988.273				
Operações de Arrendamento Mercantil		29.614.606	49.671.784	46.237.064	35.754.810	61.171.882	57.764.083				
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	25.357.665	28.372.573	57.259.976	23.639.597	25.419.994	54.234.954				
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		5.324.592	7.617.437	(277.672)	5.200.802	8.411.746	747.518				
Resultado de Operações com Câmbio		2.398.984	1.434.356	(5.605.733)	2.397.324	1.432.696	(5.605.733)				
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.721.464	2.413.940	1.551.423	1.729.703	2.424.826	1.559.922				
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(50.058.822)</b>	<b>(56.931.567)</b>	<b>(63.174.153)</b>	<b>(50.898.618)</b>	<b>(59.797.367)</b>	<b>(87.750.952)</b>				
Operações de Captação no Mercado	17.b	(30.341.909)	(34.550.727)	(44.594.777)	(29.526.864)	(34.635.027)	(45.880.675)				
Operações de Empréstimos e Repasses		(12.593.942)	(9.424.889)	(24.511.485)	(12.600.185)	(9.430.355)	(24.542.771)				
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	-	-	-	-				
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(479.667)	(375.913)	(851.467)	(479.638)	(375.877)	(851.335)				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(6.643.304)	(12.580.038)	(13.216.424)	(8.291.931)	(15.356.108)	(16.476.171)				
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>14.358.489</b>	<b>32.578.523</b>	<b>15.990.905</b>	<b>17.960.482</b>	<b>39.314.875</b>	<b>21.237.321</b>				
<b>Outras Recargas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(5.838.931)</b>	<b>(11.420.476)</b>	<b>(8.479.146)</b>	<b>(8.124.186)</b>	<b>(15.652.312)</b>	<b>(12.555.051)</b>				
Receitas de Prestação de Serviços	23	5.678.070	10.816.722	9.536.192	7.147.332	14.007.589	13.184.767				
Rendas de Tarifas Bancárias	23	2.344.494	4.686.933	4.590.143	2.664.120	5.355.587	5.279.203				
Despesas de Pessoal	24	(3.053.909)	(6.027.467)	(6.220.134)	(3.645.379)	(7.131.154)	(7.177.217)				
Outras Despesas Administrativas	25	(6.478.688)	(13.194.063)	(11.337.530)	(6.485.388)	(13.530.465)	(12.800.395)				
Despesas Tributárias	11.d	(1.479.917)	(3.371.632)	(2.841.346)	(2.094.400)	(4.531.027)	(3.980.474)				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	1.717.314	3.676.647	3.007.124	40.830	69.396	51.718				
Outras Recargas Operacionais	26	(1.474.800)	(2.978.645)	(4.600.025)	(2.263.623)	(4.921.425)	(6.265.868)				
Outras Despesas Operacionais	27	(6.041.095)	(10.986.261)	(9.813.620)	(8.014.924)	(14.813.663)	(13.378.521)				
<b>Resultado Operacional</b>		<b>8.519.558</b>	<b>21.158.047</b>	<b>7.511.759</b>	<b>9.836.296</b>	<b>23.662.563</b>	<b>8.662.270</b>				
<b>Resultado não Operacional</b>		<b>6.251</b>	<b>58.835</b>	<b>240.290</b>	<b>(18.077)</b>	<b>9.000</b>	<b>238.967</b>				
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>8.525.809</b>	<b>21.216.882</b>	<b>7.752.049</b>	<b>9.817.219</b>	<b>23.671.563</b>	<b>8.921.237</b>				
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>11</b>	<b>377.085</b>	<b>(4.360.778)</b>	<b>7.972.186</b>	<b>(576.346)</b>	<b>(6.503.225)</b>	<b>6.539.467</b>				
Provisão para Imposto de Renda		1.502.099	(1.132.791)	(28.965)	871.514	(2.628.111)	(1.519.306)				
Provisão para Contribuição Social		1.151.916	(1.029.090)	(35.590)	600.579	(2.025.626)	(835.326)				
Ativo Fiscal Diferido		(2.276.930)	(2.198.897)	8.036.741	(2.048.439)	(1.849.488)	8.894.099				
<b>Participações no Lucro</b>		<b>(1.002.463)</b>	<b>(1.860.596)</b>	<b>(1.668.087)</b>	<b>(1.119.206)</b>	<b>(2.059.673)</b>	<b>(1.857.937)</b>				
Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	(53.031)	(120.949)	(133.387)				
<b>Lucro Líquido</b>	<b>21.a</b>	<b>7.900.431</b>	<b>14.995.508</b>	<b>14.056.148</b>	<b>8.068.636</b>	<b>14.987.716</b>	<b>13.469.380</b>				
Número de Ações (Mil)		7.498.531	7.498.531	7.498.531							
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		1.053,60	1.999,79	1.874,52							

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
Notas	Banco		Consolidado		Notas	Banco		Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Receitas da Intermediação Financeira		64.417.311	89.510.090	99.165.058	68.859.100	99.112.242	108.988.273				
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	23	8.022.564	15.503.655	14.126.335	9.811.452	19.363.176	18.463.970				
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.e	(6.643.304)	(12.580.038)	(13.216.424)	(8.291.931)	(15.356.108)	(16.476.171)				
Outras Receitas e Despesas		(4.560.044)	(7.948.781)	(4.968.816)	(5.770.378)	(9.883.238)	(6.870.197)				
Despesas da Intermediação Financeira		(45.784.797)	(46.626.121)	(69.957.729)	(43.439.891)	(45.118.066)	(71.274.781)				
Insuomos de Terceiros		434.939	(4.686.621)	434.939	(4.610.402)	(8.843.286)	(1.961.251)				
Material											

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>57.000.000</b>	<b>194.115</b>	<b>3.818.065</b>	<b>9.168.713</b>	<b>3.932.436</b>	<b>91.380</b>			<b>69.773.232</b>	<b>1.695.361</b>	<b>71.468.593</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	572.062	-	572.062
Ações em Tesouraria	21.d	-	(15.068)	-	-	-	-	(110.223)	(125.291)	-	-	(125.291)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	119.266	-	-	-	-	-	119.266	-	-	119.266
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(928.249)	32.806	-	(895.443)	-	-	(895.443)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	13.469.380	-	13.469.380	-	13.469.380
Destinações:												
Reserva Legal	21.c	-	-	702.807	-	-	-	-	(702.807)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(3.325.000)	(3.325.000)	-	-	(3.325.000)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	21.b	-	-	-	-	-	-	(512.087)	(512.087)	-	-	(512.087)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	9.516.254	-	-	(9.516.254)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	(586.768)	-	-	586.768	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(133.387)	(133.387)
Outros		-	-	-	(107.936)	-	-	-	-	(107.936)	(411.266)	(519.202)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>57.000.000</b>	<b>298.313</b>	<b>4.520.872</b>	<b>17.990.263</b>	<b>3.004.187</b>	<b>124.186</b>		<b>(791.358)</b>	<b>78.968.183</b>	<b>1.150.708</b>	<b>80.118.891</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>104.198</b>	<b>702.807</b>	<b>8.821.565</b>	<b>32.806</b>	<b>572.062</b>		<b>(110.223)</b>	<b>9.194.951</b>	<b>(544.653)</b>	<b>8.650.298</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>57.000.000</b>	<b>298.313</b>	<b>4.520.872</b>	<b>17.990.263</b>	<b>3.004.187</b>	<b>124.186</b>		<b>(791.358)</b>	<b>78.968.183</b>	<b>1.150.708</b>	<b>80.118.891</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	254.057	-	254.057
Ações em Tesouraria	21.d	-	40.821	-	-	-	-	-	78.319	119.140	-	119.140
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	61.567	-	-	-	-	-	61.567	-	-	61.567
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(3.000.945)	(596.500)	-	-	(3.597.445)	-	(3.597.445)
Cisão	21.a	(2.000.000)	-	-	(527.444)	-	-	-	-	(2.527.444)	-	(2.527.444)
Dividendos Prescritos		-	-	-	6.530	-	-	-	-	6.530	-	6.530
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	14.987.716	-	14.987.716	-	14.987.716
Destinações:												
Reserva Legal	21.c	-	-	749.386	-	-	-	-	(749.386)	-	-	-
Dividendos	21.b	-	-	-	(200.000)	-	-	(5.800.000)	(6.000.000)	-	-	(6.000.000)
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(3.649.000)	(3.649.000)	-	-	(3.649.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	5.298.525	-	-	(5.298.525)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	(509.195)	-	-	509.195	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.949	120.949
Outros		-	-	-	116.260	-	-	-	-	116.260	(411.266)	(519.202)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>55.000.000</b>	<b>400.701</b>	<b>5.270.258</b>	<b>22.174.938</b>	<b>3.242</b>	<b>(472.314)</b>		<b>(713.039)</b>	<b>78.739.563</b>	<b>1.257.245</b>	<b>79.996.808</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>(2.000.000)</b>	<b>102.388</b>	<b>749.386</b>	<b>4.184.675</b>	<b>(3.000.945)</b>	<b>(596.500)</b>		<b>78.319</b>	<b>(228.620)</b>	<b>106.537</b>	<b>(122.083)</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>		<b>55.000.000</b>	<b>265.784</b>	<b>4.866.826</b>	<b>21.128.435</b>	<b>1.773.124</b>	<b>(246.391)</b>		<b>(3.053.639)</b>	<b>79.024.369</b>	<b>1.297.163</b>	<b>80.321.532</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	129.416	-	129.416
Ações em Tesouraria	21.d	-	239	-	-	-	-	-	(3.269)	(3.030)	-	(3.030)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	134.678	-	-	-	-	-	-	134.678	-	134.678
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.769.882)	(225.923)	-	-	(1.995.805)	-	(1.995.805)
Dividendos Prescritos		-	-	-	6.530	-	-	-	-	6.530	-	6.530
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	8.068.636	-	8.068.636	-	8.068.636
Destinações:												
Reserva Legal	21.c	-	-	403.432	-	-	-	-	(403.432)	-	-	-
Dividendos	21.b	-	-	-	-	-	-	(3.649.000)	(3.649.000)	-	-	(3.649.000)
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	(3.000.000)	-	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	2.050.999	-	-	(2.050.999)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	(1.034.795)	-	-	1.034.795	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.031	53.031
Outros		-	-	-	23.770	-	-	-	-	23.770	(92.949)	(69.179)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>55.000.000</b>	<b>400.701</b>	<b>5.270.258</b>	<b>22.174.938</b>	<b>3.242</b>	<b>(472.314)</b>		<b>(713.039)</b>	<b>78.739.563</b>	<b>1.257.245</b>	<b>79.996.808</b>
<b>Mutações no Semestre</b>		<b>-</b>	<b>134.917</b>	<b>403.432</b>	<b>1.046.503</b>	<b>(1.769.882)</b>	<b>(25.923)</b>		<b>(3.269)</b>	<b>(284.806)</b>	<b>(39.918)</b>	<b>(324.724)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central da Vila (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj. 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados. O Banco está em processo de avaliação e adaptações para pela Resolução, a qual determina a extinção dos documentos:

- Balancete e Balanço - sede e dependência (documentos 4020 e 4026);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Consolidada de Dependências e Participações Societárias no Exterior (documento 4343);
- Balancete e Balanço do Conglomerado Financeiro (documentos 4040 e 4046);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Individual de Participação Societária no Exterior (documento 4313) será simplificado;
- Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/ Parecer do Auditor.

A Resolução mantém a obrigatoriedade de publicação dos documentos:

- Balancete Patrimonial Analítico - Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal (CADOC 4060);
- Balanço Patrimonial - Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral (CADOC 4066), para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro; e
- Relatório do Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral, para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro (o qual ainda será objeto de maior detalhamento por parte do regulador).

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco Santander, junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passa a vigorar em vigor em 1º de janeiro de 2022, já é objeto de avaliação e análise por parte do Banco Santander para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. O Banco Santander iniciou as avaliações de impacto e alterações que serão devidos para adequação aos requerimentos da resolução.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 14, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídas nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

Para melhor apresentação de determinados saldos das contas de operações com comercialização de energia elétrica, estão sendo remensurados os comparativos conforme detalhado nas notas 10 e 18 a.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, civis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na reunião realizada em 01 de fevereiro de 2022.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/n](http://www.santander.com.br/n).

### 3. Principais Políticas Contábeis

#### a) Atuação do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

#### b) Moeda Funcional

##### Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detêm investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander em 2020. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agências no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

#### c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

#### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com convertibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

#### e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

#### e.1) Operações Compromissadas

##### Venda com Compromisso de Recuperação

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de compra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de compra, tais captações são registradas como posição financeira.

##### Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de compra.

##### Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

#### f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068/2001 do Banco Central, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

### Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na melhor avaliação das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridos ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

### Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de tomadores de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas relativas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

### q) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero. O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

### r) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20 e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impretadas.

s) **Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)**  
O PIS (0,65%) e COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação de recursos na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS.

t) **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 10, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultando da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

### u) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma determina que os Juros sobre Capital Próprio devam ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprimento esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Passivo.

### v) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

### w) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados

A Resolução CMN nº 4.797 foi revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.820, a qual foi alterada pela Resolução CMN nº 4.895, que passou a vigorar em 23 de dezembro de 2020, e com efeito, ficou determinado que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de:

(i) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima dos seguintes valores:

(a) o montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas;

(b) o montante equivalente.

(1) ao dividendo mínimo obrigatório, estabelecido pelo art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações; ou

(2) à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas;

(iii) recomprar ações próprias (será permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução;

(iv) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatório, a norma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;

(v) aumentar quaisquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas.

A eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução CMN nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) a 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

### x) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

## 6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários: I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ajuste ao Valor de Mercado</b>				
<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Contábil</b>
<b>43.414.251</b>	<b>(383.997)</b>	-	<b>43.030.702</b>	<b>65.380.859</b>
	(377.786)	-	41.914.956	64.621.598
	1.121.509	(211.187)	115.737.213	115.737.213
<b>153.156.024</b>	<b>(2.109.540)</b>	<b>(1.169.141)</b>	<b>149.877.343</b>	<b>134.119.306</b>
	(2.121.348)	(1.173.371)	113.510.140	102.157.294
	35.790.165	11.808	36.367.203	31.962.012
<b>15.279.130</b>	-	-	<b>15.279.130</b>	<b>16.317.905</b>
	-	-	13.871.974	14.739.539
	13.871.974	-	13.871.974	13.871.974
	1.407.156	-	1.407.156	1.407.156
<b>211.849.405</b>	<b>(2.493.537)</b>	<b>(1.168.693)</b>	<b>208.187.175</b>	<b>215.818.070</b>
	-	-	208.187.175	215.818.070
	-	-	215.818.070	232.003.251
	-	-	-	(2.473.104)
	-	-	-	(1.824.165)
	-	-	-	227.705.982
	-	-	-	233.248.338

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ajuste ao Valor de Mercado</b>				
<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Contábil</b>
<b>43.414.251</b>	<b>(383.997)</b>	-	<b>43.030.702</b>	<b>65.380.859</b>
	(377.786)	-	41.914.956	64.621.598
	1.121.509	(211.187)	115.737.213	115.737.213
<b>153.156.024</b>	<b>(2.109.540)</b>	<b>(1.169.141)</b>	<b>149.877.343</b>	<b>134.119.306</b>
	(2.121.348)	(1.173.371)	113.510.140	102.157.294
	35.790.165	11.808	36.367.203	31.962.012
<b>15.279.130</b>	-	-	<b>15.279.130</b>	<b>16.317.905</b>
	-	-	13.871.974	14.739.539
	13.871.974	-	13.871.974	13.871.974
	1.407.156	-	1.407.156	1.407.156
<b>211.849.405</b>	<b>(2.493.537)</b>	<b>(1.168.693)</b>	<b>208.187.175</b>	<b>215.818.070</b>
	-	-	208.187.175	215.818.070
	-	-	215.818.070	232.003.251
	-	-	-	(2.473.104)
	-	-	-	(1.824.165)
	-	-	-	227.705.982
	-	-	-	233.248.338

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ajuste ao Valor de Mercado</b>				
<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Contábil</b>
<b>42.292.742</b>	<b>(377.786)</b>	-	<b>41.914.956</b>	<b>64.621.598</b>
	(377.786)	-	41.914.956	64.621.598
	1.121.509	(211.187)	115.737.213	115.737.213
<b>153.156.024</b>	<b>(2.109.540)</b>	<b>(1.169.141)</b>	<b>149.877.343</b>	<b>134.119.306</b>
	(2.121.348)	(1.173.371)	113.510.140	102.157.294
	35.790.165	11.808	36.367.203	31.962.012
<b>15.279.130</b>	-	-	<b>15.279.130</b>	<b>16.317.905</b>
	-	-	13.871.974	14.739.539
	13.871.974	-	13.871.974	13.871.974
	1.407.156	-	1.407.156	1.407.156
<b>211.849.405</b>	<b>(2.493.537)</b>	<b>(1.168.693)</b>	<b>208.187.175</b>	<b>215.818.070</b>
	-	-	208.187.175	215.818.070
	-	-	215.818.070	232.003.251
	-	-	-	(2.473.104)
	-	-	-	(1.824.165)
	-	-	-	227.705.982
	-	-	-	233.248.338

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ajuste ao Valor de Mercado</b>				
<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Contábil</b>
<b>51.726.162</b>	<b>(365.634)</b>	-	<b>51.360.528</b>	<b>72.038.263</b>
	(365.634)	-	51.360.528	72.038.263
	1.121.509	(211.187)	115.737.213	115.737.213
<b>117.365.859</b>	<b>(2.121.348)</b>	<b>(1.169.141)</b>	<b>115.737.213</b>	<b>102.157.294</b>
	(2.121.348)	(1.173.371)	113.510.140	102.157.294
	35.790.165	11.808	36.367.203	31.962.012
<b>15.279.130</b>	-	-	<b>15.279.130</b>	<b>16.317.905</b>
	-	-	13.871.974	14.739.539
	13.871.974	-	13.871.974	13.871.974
	1.407.156	-	1.407.156	1.407.156
<b>211.849.405</b>	<b>(2.493.537)</b>	<b>(1.168.693)</b>	<b>208.187.175</b>	<b>215.818.070</b>
	-	-	208.187.175	215.818.070
	-	-	215.818.070	232.003.251
	-	-	-	(2.473.104)
	-	-	-	(1.824.165)
	-	-	-	227.705.982
	-	-	-	233.248.338

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ajuste ao Valor de Mercado</b>				
<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Contábil</b>
<b>51.726.162</b>	<b>(365.634)</b>	-	<b>51.360.528</b>	<b>72.038.263</b>
	(365.634)	-	51.360.528	72.038.263
	1.121.509	(211.187)	115.737.213	115.737.213
<b>117.365.859</b>	<b>(2.121.348)</b>	<b>(1.169.141)</b>	<b>115.737.213</b>	<b>102.157.294</b>
	(2.121.348)	(1.173.371)	113.510.140	102.157.294
	35.790.165	11.808	36.367.203	31.962.012
<b>15.279.130</b>	-	-	<b>15.279.130</b>	<b>16.317.905</b>
	-	-	13.871.974	14.739.539
	13.871.974	-	13.871.974	13.871.974
	1.407.156	-	1.407.156	1.407.156
<b>211.849.405</b>	<b>(2.493.537)</b>	<b>(1.168.693)</b>	<b>208.187.175</b>	<b>215.818.070</b>
	-	-	208.187.175	215.818.070
	-	-	215.818.070	232.003.251
	-	-	-	(2.473.104)
	-	-	-	(1.824.165)
	-	-	-	227.705.982
	-	-	-	233.248.338

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ajuste ao Valor de Mercado</b>				
<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2021		31/12/2020		Abertura por Vencimento					Consolidado	
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>126.821.981</b>	<b>(2.121.348)</b>	<b>(2.393.949)</b>	<b>122.306.684</b>	<b>110.263.140</b>	-	<b>5.970.073</b>	<b>21.777.506</b>	<b>33.167.136</b>	<b>61.391.969</b>	<b>122.306.684</b>
<b>Títulos Públicos</b>											
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	736	-	6	742	1.441	-	742	-	-	-	742
Crédito Securitizado	11	-	(1)	-	460	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	41.032.265	-	3.990	41.036.255	22.684.405	-	38.187	2.239.664	8.592.766	30.165.638	41.036.255
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.282.1946	(348.381)	(1.089.117)	19.384.448	36.423.327	-	3.348.836	1.590.765	14.444.847	-	19.384.448
Notas do Tesouro Nacional - NTN <sup>(1)</sup>	44.360.487	(1.772.967)	(912.924)	41.674.596	49.868.030	-	1.410.504	11.348	10.129.522	30.123.222	41.674.596
Títulos da Dívida Externa Brasileira	2.274.913	-	-	2.274.913	1.285.477	-	1.171.804	-	-	1.103.109	2.274.913
Títulos da Dívida Externa Espanhola	16.061.004	-	(454.285)	15.606.719	-	-	-	15.606.718	1	-	15.606.719
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.270.619	-	58.392	2.329.011	-	-	-	2.329.011	-	-	2.329.011
<b>Títulos Privados</b>	<b>34.988.811</b>	<b>11.808</b>	<b>569.336</b>	<b>35.569.955</b>	<b>31.661.018</b>	<b>1.420.881</b>	<b>1.572.626</b>	<b>7.599.022</b>	<b>9.976.489</b>	<b>15.000.937</b>	<b>35.569.955</b>
Ações <sup>(2)</sup>	22	-	(271)	51	5.400	-	51	-	-	-	51
Cotas de Fundos de Investimento	1.306.605	-	1.306.605	1.306.605	1.784.375	-	1.306.605	-	-	-	1.306.605
Cotas de Fundos Imobiliários	33.306	-	(1.922)	31.384	39.006	-	31.384	-	-	-	31.384
Debêntures <sup>(3)</sup>	18.131.929	11.808	832.596	18.976.693	14.953.673	-	468.310	2.034.184	6.351.643	10.122.556	18.976.693
Eurobonds	3.407.775	-	145.382	3.553.157	3.285.010	-	-	-	-	3.553.157	3.553.157
Notas Promissórias - NP	1.666.251	-	8.432	1.674.683	4.525.164	-	31.763	803.317	839.603	-	1.674.683
Letras Financeiras - LF	279.240	-	(5.335)	273.905	270.298	-	110.948	162.957	-	-	273.905
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.805	-	(21)	2.784	23.625	-	-	-	-	2.784	2.784
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	126.667	-	24.847	151.514	171.916	-	-	-	126.768	24.746	151.514
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.524	-	-	1.524	-	-	1.524	-	-	-	1.524
Cédula de Produto Rural - CPR	10.032.387	-	(434.732)	9.597.655	6.601.651	-	81.317	961.605	4.598.564	2.658.475	9.597.655
<b>Total</b>	<b>161.810.792</b>	<b>(2.109.540)</b>	<b>(1.824.613)</b>	<b>157.876.639</b>	<b>141.924.157</b>	<b>1.420.881</b>	<b>8.420.881</b>	<b>7.542.699</b>	<b>29.376.528</b>	<b>43.143.625</b>	<b>157.876.639</b>

<sup>(1)</sup> No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista e R\$ 67.606 (31/12/2020 - R\$ 287.736) em títulos disponíveis para venda.<sup>(2)</sup> Em 31 de dezembro de 2021, a quantidade de 913.500 no valor de R\$858.663 (31/12/2020 - 1.400.000 no valor de R\$1.668.832) de Notas de Tesouro Nacional - NTN, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar dos Planos de Previdência junto a entidade BANESPREV.

### IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	31/12/2021		31/12/2020		Abertura por Vencimento					Consolidado	
	Valor do Custo Amortizado/Contábil	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento <sup>(1)</sup></b>	<b>31.172.2021</b>	<b>31.120.2020</b>	<b>31.172.2021</b>	<b>31.120.2020</b>	<b>31.172.2021</b>	<b>31.120.2020</b>	<b>31.172.2021</b>	<b>31.120.2020</b>	<b>31.172.2021</b>	<b>31.120.2020</b>	<b>31.172.2021</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>13.871.974</b>	<b>14.739.539</b>	<b>11.868</b>	<b>7.027.196</b>	<b>6.832.910</b>	<b>13.871.974</b>	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.822.599	4.549.498	11.868	4.810.731	-	4.822.599	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira	9.049.375	10.190.042	-	2.216.465	6.832.910	-	-	-	-	-	-
<b>Títulos Privados</b>	<b>1.407.156</b>	<b>1.578.365</b>	-	<b>718.745</b>	<b>688.411</b>	<b>1.407.156</b>	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	1.407.156	1.578.365	-	718.745	688.411	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15.279.130</b>	<b>16.317.905</b>	-	<b>730.613</b>	<b>7.715.607</b>	<b>6.832.910</b>	-	-	-	-	-

<sup>(1)</sup> O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 14.993.443 (31/12/2020 - R\$16.322.840).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

### V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2021		31/12/2020		Abertura por Vencimento					Consolidado	
	Valor do Custo Amortizado/Contábil	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento <sup>(1)</sup></b>	<b>31.172.2021</b>	<b>31.120.2020</b>	<b>31.172.2021</b>	<b>31.120.2020</b>	<b>31.172.2021</b>	<b>31.120.2020</b>	<b>31.172.2021</b>	<b>31.120.2020</b>	<b>31.172.2021</b>	<b>31.120.2020</b>	<b>31.172.2021</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>13.871.974</b>	<b>14.739.539</b>	<b>11.868</b>	<b>7.027.196</b>	<b>6.832.910</b>	<b>13.871.974</b>	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.822.599	4.549.498	11.868	4.810.731	-	4.822.599	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira	9.049.375	10.190.042	-	2.216.465	6.832.910	-	-	-	-	-	-
<b>Títulos Privados</b>	<b>1.407.156</b>	<b>1.578.365</b>	-	<b>718.745</b>	<b>688.411</b>	<b>1.407.156</b>	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	1.407.156	1.578.365	-	718.745	688.411	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15.279.130</b>	<b>16.317.905</b>	-	<b>730.613</b>	<b>7.715.607</b>	<b>6.832.910</b>	-	-	-	-	-

<sup>(1)</sup> Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 12.801.341 no Banco e no Consolidado (2020 - receita de R\$ 29.463.679 no Banco e no Consolidado).<sup>(2)</sup> Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.<sup>(3)</sup> Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 363.616 no Banco e no Consolidado (2020 - despesa de variação cambial de R\$ 2.707.556 e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 264.895 no Banco e no Consolidado).

### b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apuração que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

### I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) ao por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	14.499.987	16.194.023	14.746.581	17.925.675	7.641.355	8.538.705	14.729.641	18.692.196
Opções	1.548.530	2.202.234	4.448.585	4.511.175	13.070.541	2.256.244	4.979.011	4.926.994
Contratos a Termo e Outros	12.892.381	13.759.082	13.085.550	12.690.276	12.077.828	13.852.282	13.131.423	12.690.275
<b>Total</b>	<b>28.940.898</b>	<b>32.155.339</b>	<b>32.280.716</b>	<b>35.127.126</b>	<b>21.089.724</b>	<b>24.647.231</b>	<b>32.840.075</b>	<b>36.269.465</b>

### II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimônios

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Referencial <sup>(1)</sup>	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial <sup>(1)</sup>	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial <sup>(1)</sup>	Valor da Curva
<b>Negociação</b>								
Swap	<b>837.762.019</b>	<b>(1.804.602)</b>	<b>(1.699.036)</b>	<b>476.214.481</b>	<b>(2.838.239)</b>	<b>(3.179.094)</b>	<b>837.762.019</b>	<b>(1.804.602)</b>
<b>Ativo</b>	<b>418.137.448</b>	<b>13.189.437</b>	<b>14.499.987</b>	<b>317.619.156</b>	<b>6.511.030</b>	<b>14.746.581</b>	<b>418.137.448</b>	<b>13.189.437</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	66.837.268	318.541	1.826.150	52.270.726	326.585	334.890	66.837.268	318.541
Taxa de Juros Pré - Reais	231.741.021	9.269.271	8.932.246	59.799.047	4.013.562	9.607.342	231.741.021	9.269.271
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.089.110	799.550	298.439	5.124.411	959.322	1.093.119	2.089.110	799.550
Moeda Estrangeira	91.837.446	2.775.313	3.205.330	198.880.422	950.048	3.408.073	91.837.446	2.775.313
Outros	25.632.603	26.763	237.822	1.544.550	261.513	303.357	25.632.603	26.763
<b>Passivo</b>	<b>418.624.570</b>	<b>(14.994.039)</b>	<b>(16.194.023)</b>	<b>158.595.325</b>	<b>(9.349.269)</b>	<b>(17.925.675)</b>	<b>418.624.570</b>	<b>(14.994.039)</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	321.402.883	(4.171.481)	(12.360.345)	46.403.968	(6.911.747)	(14.018.319)	321.402.883	(4.171.481)
Taxa de Juros Pré - Reais	48.874.762	(6.760.576)	(2.408.062)	69.076.757	(2.183.507)	(2.772.479)	48.874.762	(6.760.576)
Indexados em Índices de Preços e Juros	22.827.336	(28.407)	(1.142.945)	33.026.691	(25)	(450.958)	22.827.336	(28.407)
Moeda Estrangeira	887.129	(4.006.955)	(54.849)	7.906.521	(231.185)	(327.145)	887.129	(4.006.955)
Outros	25.632.461	(26.621)	(237.822)	2.181.388	(22.805)	(56.774)	25.632.461	(26.621)
<b>Opções</b>	<b>1.130.172.099</b>	<b>(610.691)</b>	<b>(653.704)</b>	<b>1.963.194.665</b>	<b>(62.109)</b>	<b>(62.500)</b>	<b>1.130.172.099</b>	<b>(610.691)</b>
<b>Compromissos de Compra</b>	<b>564.829.758</b>	<b>1.225.532</b>	<b>1.548.530</b>	<b>969.622.684</b>	<b>1.869.805</b>	<b>4.448.585</b>	<b>564.829.758</b>	<b>1.225.532</b>
Opções de Compra Moeda Estrangeira	9.898.179	271.464	382.237	1.188.387	47.898	39.201	9.898.179	271.464
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.094.316	140.280	187.123	1.948.673	79.019	109.077	4.094.316	140.280
Opções de Venda Moeda Estrangeira	31.248.540	444.648	673.616	101.568.876	558.794	563.157	31.248.540	444.648
Mercado Interfinanceiro	28.499.055	444.446	673.202	101.421.659	557.167	556.039	28.499.055	444.446
Outras <sup>(2)</sup>	2.749.485	203	414	147.217	1.627	7.118	2.749.485	203
Opções de Venda Outras	369.140	369.140	305.553	864.9				

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

#### Total Return Swaps - TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

#### Credit Default Swaps - CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	Banco/Consolidado		Valor Nominal	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total</b>				
Swap de Créditos	3.984.392	-	3.984.392	519.670
<b>Total</b>	<b>3.984.392</b>	<b>-</b>	<b>3.984.392</b>	<b>519.670</b>

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$3.984 (31/12/2020 - R\$ 1.506).

Durante o semestre não tivemos operações de Swap de crédito ou ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos

	Acima de 12 Meses		Acima de 12 Meses	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Futuros - Brutos</b>				
Por Instrumento: CDS	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298

### VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.481.618	3.702.213	31.305.549	4.363.665
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.015.470	6.155.275	3.751.223	6.155.275
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.551.507	2.814.273	7.725.538	2.814.273
<b>Total</b>	<b>34.048.594</b>	<b>12.671.761</b>	<b>42.782.310</b>	<b>13.333.213</b>

### 7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

### 8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

#### a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Operações de Crédito</b>	<b>317.359.419</b>	<b>279.580.267</b>	<b>383.479.674</b>	<b>338.110.717</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	209.544.801	179.058.116	211.026.403	179.172.031
Financiamentos	39.635.785	41.034.126	104.274.438	99.450.661
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.409.499	13.659.898	13.409.499	13.659.898
Financiamentos Imobiliários	54.769.334	45.828.127	54.769.334	45.828.127
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>6.380.642</b>	<b>6.310.254</b>	<b>6.380.642</b>	<b>6.310.254</b>
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio <sup>(1)</sup>	66.841.237	61.569.706	70.101.593	64.758.539
<b>Outros Créditos <sup>(2)</sup></b>	<b>169.942</b>	<b>228.754</b>	<b>471.385</b>	<b>228.754</b>
Créditos por Avais e Fianças Honoradas	131.244	150.513	131.244	150.513
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido - Carteira de Câmbio - Nota 9	66.540.051	61.190.439	69.498.964	64.379.272
Outros Créditos Diversos				
<b>Total</b>	<b>390.581.298</b>	<b>347.460.227</b>	<b>462.657.861</b>	<b>411.650.894</b>

<sup>(1)</sup> Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

<sup>(2)</sup> Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 12).

#### d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	31/12/2021					
		Carteira de Créditos			Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total <sup>(2)</sup>	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Total
AA	0,0%	180.139.073	-	180.139.073	-	-	-
A	0,5%	104.992.054	-	104.992.054	524.960	2	524.962
B	1,0%	35.871.587	2.253.434	38.125.021	381.250	167	381.417
C	3,0%	29.029.189	2.798.938	31.828.127	954.844	1.899	956.743
D	10,0%	10.439.757	3.063.622	13.503.379	1.350.338	2.206.475	3.556.813
E	30,0%	2.346.953	2.301.009	4.647.962	1.394.389	757.194	2.151.583
F	50,0%	1.828.300	1.831.787	3.660.087	1.830.043	582.385	2.412.428
G	70,0%	1.865.631	1.570.929	3.436.560	2.405.590	643.556	3.049.146
H	100,0%	3.375.689	6.964.787	10.340.476	10.340.475	3.390.140	13.730.615
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>369.888.233</b>	<b>20.784.506</b>	<b>390.672.739</b>	<b>19.181.889</b>	<b>4.191.678</b>	<b>23.373.567</b>

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	31/12/2021					
		Carteira de Créditos			Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total <sup>(2)</sup>	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Total
AA	0,0%	199.635.521	-	199.635.521	-	-	-
A	0,5%	138.688.667	2.090	138.690.757	693.456	2	693.458
B	1,0%	44.189.990	3.890.801	48.080.791	480.808	167	480.975
C	3,0%	31.313.221	4.196.290	35.509.511	1.065.285	1.899	1.067.184
D	10,0%	11.009.408	3.847.376	14.856.784	1.485.678	2.245.960	3.731.638
E	30,0%	2.633.675	2.896.095	5.529.770	1.658.931	887.864	2.546.795
F	50,0%	1.936.705	2.275.793	4.212.498	2.106.249	690.148	2.796.397
G	70,0%	2.031.334	1.916.832	3.948.166	2.763.716	765.637	3.529.353
H	100,0%	3.690.054	8.595.444	12.285.498	12.285.498	-	12.285.498
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>435.128.575</b>	<b>27.620.721</b>	<b>462.749.296</b>	<b>22.539.619</b>	<b>4.591.677</b>	<b>27.131.296</b>

<sup>(1)</sup> Inclui parcelas vencidas e vencidas.

<sup>(2)</sup> A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

<sup>(3)</sup> No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 91.435 (31/12/2020- R\$3.944), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

### Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco.

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Banco				Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2021		31/12/2021		31/12/2021	
		Requerida	Ativo	Provisão Requerida	Ativo	Provisão Requerida	Ativo	Provisão Requerida	
AA	0,0%	9.132	-	9.132	-	-	-		
A	0,5%	401.095	301	401.095	301	-	-		
B	1,0%	276.818	415	276.818	415	-	-		
C	3,0%	285.783	1.286	285.783	1.286	-	-		
D	10,0%	165.099	2.476	165.099	2.476	-	-		
E	30,0%	15.153	682	15.153	682	-	-		
F	50,0%	19.682	1.476	19.682	1.476	-	-		
G	70,0%	15.714	1.650	15.714	1.650	-	-		
H	100,0%	120.077	18.011	120.077	18.011	-	-		
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.308.553</b>	<b>26.297</b>	<b>1.308.553</b>	<b>26.297</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Banco				Consolidado			
		31/12/2020		31/12/2020		31/12/2020		31/12/2020	
		Requerida	Ativo	Provisão Requerida	Ativo	Provisão Requerida	Requerida	Ativo	
AA	0,0%	14.277	-	14.277	-	-	-		
A	0,5%	591.732	444	591.732	444	-	-		
B	1,0%	527.579	791	527.579	791	-	-		
C	3,0%	531.559	2.392	531.559	2.392	-	-		
D	10,0%	262.383	3.936	262.383	3.936	-	-		
E	30,0%	4.319	203	4.319	203	-	-		
F	50,0%	1.437	108	1.437	108	-	-		
G	70,0%	-	-	-	-	-	-		
H	100,0%	429	64	429	64	-	-		
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.933.715</b>	<b>7.938</b>	<b>1.933.715</b>	<b>7.938</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		

#### e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
<b>Saldo Inicial</b>	<b>21.835.445</b>	<b>18.661.967</b>	<b>25.067.489</b>	<b>21.408.092</b>
Constituições Líquidas das Reversões Baixas	12.580.038	13.216.424	15.356.108	16.476.170
<b>Saldo Final</b>	<b>23.373.567</b>	<b>21.835.444</b>	<b>27.131.294</b>	<b>25.067.489</b>
<b>Créditos Recuperados</b>	<b>3.005.852</b>	<b>2.416.248</b>	<b>3.422.116</b>	<b>2.787.491</b>

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Renegociados	20.005.822	18.197.875	23.634.268	22.987.914
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(10.100.946)	(9.196.227)	(11.120.588)	(10.411.547)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	50,5%	50,5%	47,1%	45,3%

#### g) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças <sup>(1)</sup> , Títulos e Valores Mobiliários <sup>(2)</sup> e Instrumentos Financeiros Derivativos <sup>(3)</sup>	Consolidado			
	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Maiores Devedor	6.767.732	1,4%	6.782.322	1,3%
10 Maiores	40.864.829	7,5%	33.571.246	6,5%
20 Maiores	60.535.018	11,2%	54.105.883	10,5%
50 Maiores	93.411.357	17,6%	89.753.598	17,4%
100 Maiores	124.364.929	23,1%	119.028.823	23,1%

<sup>(1)</sup> Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

<sup>(2)</sup> Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

<sup>(3)</sup> Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

### 9. Carteira de Câmbio

Ativo	Banco/Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Direitos sobre Venda de Câmbio	25.885.822	52.142.905
Câmbio Comprado a Liquidar	38.311.762	39.312.834
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(138.651)	(187.033)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financeiras (Nota 8)	131.244	150.513
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	2.752	19.325
<b>Total</b>	<b>64.192.929</b>	<b>91.438.544</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio Vendido a Liquidar	34.822.053	57.128.318
Obrigações por Compra de Câmbio	29.117.239	34.057.723
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.380.642)	(6.310.254)
Outros	141	172
<b>Total</b>	<b>57.558.791</b>	<b>84.875.959</b>
<b>Contas de Compensação</b>		
Créditos Abertos para Importação	2.433.568	1.633.619
Créditos de Exportação Confirmados	288.822	2.067.409

### 10. Outros Ativos Financeiros

No exercício de 2021, devido a melhores condições de liquidez observadas no mercado das operações de comercialização de energia elétrica para determinados vencimentos, a administração reclassificou os contratos com vencimento até 2 anos de nível 3 para nível 2 (nota 32 I) e revisitou o tratamento contábil em relação aos contratos de comercialização de energia elétrica, que deixam de incluir o valor do "principal" e, desta forma, apenas os ajustes a valor justo e juros apurados nessas operações passam a ser registrados em contas patrimoniais.

Para fins de melhor comparabilidade, os montantes de "principal" das operações de comercialização de energia registrados em contas patrimoniais, em 31 de dezembro de 2020, foram reduzidos das rubricas de "Outros Ativos Financeiros - Negociação e Intermediação de Valores - Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar" e

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Banco				
	Diferenças Temporárias			Total	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Prejuízos Fiscais - Base Negativa Registrados	
2022	4.808.514	3.891.280	111.682	1.847.331	10.658.807
2023	4.997.561	3.964.634	111.682	1.739.765	10.813.642
2024	4.192.163	3.379.905	111.682	949.460	8.633.210
2025	894.161	715.315	111.682	-	1.721.158
2026	331.549	265.240	-	-	596.789
2027 a 2031	403.686	346.258	-	-	749.944
<b>Total</b>	<b>15.627.634</b>	<b>12.562.632</b>	<b>446.728</b>	<b>4.536.556</b>	<b>33.173.550</b>

Ano	Banco				
	Diferenças Temporárias			Total	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Prejuízos Fiscais - Base Negativa Registrados	
2022	5.665.978	4.334.260	118.859	1.917.703	12.036.800
2023	5.987.381	4.539.195	118.859	1.781.778	12.427.213
2024	4.862.965	3.786.212	118.859	987.569	9.755.605
2025	1.003.715	781.625	118.794	40.732	1.944.866
2026	571.291	409.199	-	7.063	987.553
2027 a 2031	416.722	368.172	-	21.139	806.033
<b>Total</b>	<b>18.508.052</b>	<b>14.218.663</b>	<b>475.311</b>	<b>4.755.984</b>	<b>37.958.070</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

### a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$31.575.967 (31/12/2020 - R\$33.863.523) no Banco e R\$36.110.693 (31/12/2020 - R\$37.749.808) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

### b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

Ano	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	2.030.169	4.433.050	2.708.477	5.042.170
174.588	22.562	1.339.495	214.506	
765.882	933.222	1.034.873	2.051.704	
<b>Total</b>	<b>2.970.639</b>	<b>5.388.834</b>	<b>5.082.845</b>	<b>7.308.380</b>

### b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Origens		Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	638.141	10.099.545	1.626.237	4.614.952	(6.085.836)	155.353
7.259.029	16.595.256	2.672.182	50.271	(955.259)	1.767.194	
21.438	21.619	5.405	-	(45)	5.360	
227.660	287.581	129.226	1.151	(28.115)	102.262	
<b>Total</b>	<b>8.146.268</b>	<b>27.004.001</b>	<b>4.433.050</b>	<b>4.666.374</b>	<b>(7.069.255)</b>	<b>2.030.169</b>

Ano	Origens		Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	1.630.907	10.524.275	1.826.233	4.695.680	(6.138.215)	383.696
7.646.179	16.871.322	2.672.182	147.817	(1.031.545)	1.788.545	
1.343.391	1.287.747	318.336	67.426	(49.978)	335.784	
476.538	534.252	225.419	12.763	(37.641)	200.541	
<b>Total</b>	<b>11.097.015</b>	<b>29.217.596</b>	<b>5.042.170</b>	<b>4.923.686</b>	<b>(7.257.379)</b>	<b>2.708.477</b>

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

### b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Banco			
	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2022	248.390	197.264	46.995	492.649
2023	248.391	197.264	46.995	492.650
2024	248.391	197.264	46.995	492.650
2025	246.604	197.264	46.995	490.963
2026	5.691	4.535	-	10.226
2027 a 2031	28.457	22.674	-	51.131
<b>Total</b>	<b>1.025.924</b>	<b>816.265</b>	<b>187.980</b>	<b>2.030.169</b>

Ano	Banco			
	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2022	441.723	228.756	55.991	726.470
2023	441.723	228.756	55.991	726.470
2024	326.146	228.756	55.991	610.893
2025	292.945	208.645	50.464	552.054
2026	27.294	5.305	-	32.599
2027 a 2031	34.835	25.156	-	59.991
<b>Total</b>	<b>1.564.666</b>	<b>925.374</b>	<b>218.437</b>	<b>2.708.477</b>

### c) Imposto de Renda e Contribuição Social

Ano	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
	<b>21.216.882</b>	<b>7.752.049</b>	<b>23.671.563</b>	<b>8.921.237</b>
(1.860.596)	(1.668.086)	(2.059.673)	(1.857.937)	
-	-	(142)	77.310	
<b>19.356.286</b>	<b>6.083.963</b>	<b>21.611.748</b>	<b>7.140.610</b>	
<b>(9.678.143)</b>	<b>(2.737.783)</b>	<b>(10.805.874)</b>	<b>(3.213.275)</b>	
1.838.324	1.353.205	34.697	23.273	
(221.023)	(55.549)	(230.261)	(56.651)	
768.902	6.831.483	768.902	6.831.484	
264.650	523.507	284.191	551.983	
1.810.797	1.472.877	1.854.422	1.502.888	
545.091	-	1.223.462	296.112	
8.810	56.791	(26.958)	63.642	
301.814	527.655	414.194	540.011	
<b>(4.360.778)</b>	<b>7.972.186</b>	<b>(6.503.225)</b>	<b>6.539.467</b>	
<b>(2.161.881)</b>	<b>681.355</b>	<b>(4.653.737)</b>	<b>(2.354.632)</b>	
(2.161.881)	681.355	(4.653.737)	(2.354.632)	
<b>(1.328.439)</b>	<b>2.257.983</b>	<b>(895.292)</b>	<b>3.972.828</b>	
(1.328.439)	(2.257.983)	(895.292)	3.972.828	
<b>(870.458)</b>	<b>(187.082)</b>	<b>(953.457)</b>	<b>(298.656)</b>	
(375.801)	(187.082)	(380.408)	(236.671)	
(494.657)	-	(573.048)	(61.988)	
<b>5.219.930</b>	<b>(739)</b>	<b>5.219.930</b>	<b>-</b>	
2.216.034	(284)	2.216.034	-	
3.003.896	(455)	3.003.896	-	
<b>(2.198.897)</b>	<b>7.290.831</b>	<b>(1.849.488)</b>	<b>8.894.099</b>	
<b>(4.360.778)</b>	<b>7.972.186</b>	<b>(6.503.225)</b>	<b>6.539.467</b>	

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as empresas, que utilizem a alíquota de contribuição social é de 9% e 20%.

(4) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

### Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 13).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determinou que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no Resultado Operacional antes da Tributação<sup>(1)</sup> e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Em R\$ Milhões	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
	3.862	16.792	3.862	16.792
(6.374)	(30.375)	(6.374)	(30.375)	
275	312	275	312	
2.237	13.271	2.237	13.271	
-	-	-	-	
<b>3.371.632</b>	<b>2.841.346</b>	<b>4.531.027</b>	<b>3.980.474</b>	

### d) Despesas Tributárias

Ano	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
	2.101.852	1.705.772	2.867.884	2.478.433
639.152	586.809	825.008	764.993	
341.551	277.187	488.354	421.427	
289.077	271.578	349.781	317.621	
<b>Total</b>	<b>3.371.632</b>	<b>2.841.346</b>	<b>4.531.027</b>	<b>3.980.474</b>

Ano	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	38.697.565	31.861.356	38.697.565	31.861.356
27.228.813	28.706.517	31.770.716	32.476.841	
5.481.136	5.756.068	7.258.166	7.507.557	
1.648.343	1.978.893	1.752.187	2.144.435	
1.096.701	1.108.009	1.286.274	1.330.431	
496	496	496	496	
178.077	164.809	192.562	223.676	
199.212	120.339	856.579	263.997	
231.100	291.012	287.809	361.149	
551.756	622.564	602.780	687.565	
38.827	19.049	242.217	18.195	
3.077.494	2.546.048	3.110.771	2.356.322	
1.361.411	1.809.180	1.552.099	2.131.653	
2.081.481	1.291.091	2.755.980	3.590.911	
<b>Total</b>	<b>81.872.412</b>	<b>76.275.431</b>	<b>90.366.201</b>	<b>84.954.584</b>

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

### 13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

#### Dependências:

#### Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

#### Agência de Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorável e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

#### Subsidiária:

O Banco Santander detinha uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar

a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorável.

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil. Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.). O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

Ativo	Agência Grand Cayman <sup>(2)</sup>		Agência de Luxemburgo(3)		Santander Brasil EFC (3)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	<b>158.796.219</b>	<b>160.340.976</b>	<b>81.914.595</b>	<b>37.555.040</b>	-	<b>1.303</b>
Disponibilidades	9.127.129	10.992.918	1.630.327	1.116.505	-	1.253
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	26.583.540	38.123.942	13.138.145	8.542.030	-	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	89.178.436	77.537.745	14.433.434	1.872.724	-	-
Operações de Crédito <sup>(1)</sup>	18.271.074					

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 15. Imobilizado de Uso

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
<b>Imóveis de Uso</b>	<b>2.463.155</b>	<b>(916.273)</b>	<b>1.546.882</b>	<b>1.595.073</b>
Terenos	640.772	-	640.772	640.650
Edificações	1.822.383	(916.273)	906.110	954.423
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>	<b>13.292.159</b>	<b>(8.772.355)</b>	<b>4.519.804</b>	<b>4.507.464</b>
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.264.470	(3.281.577)	1.982.893	1.999.855
Sistemas de Processamento de Dados	2.491.766	(1.564.399)	927.367	926.251
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	4.415.089	(3.143.659)	1.271.430	1.359.694
Sistemas de Segurança e Comunicações	818.337	(535.372)	282.965	171.178
Outras	302.497	(247.348)	55.149	50.486
<b>Total</b>	<b>15.755.314</b>	<b>(9.688.628)</b>	<b>6.066.686</b>	<b>6.102.537</b>

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
<b>Imóveis de Uso</b>	<b>2.752.082</b>	<b>(977.780)</b>	<b>1.774.302</b>	<b>1.841.529</b>
Terenos	712.200	-	712.200	715.969
Edificações	2.039.882	(977.780)	1.062.102	1.125.560
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>	<b>13.528.400</b>	<b>(8.918.354)</b>	<b>4.610.046</b>	<b>5.205.156</b>
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.299.099	(3.315.314)	1.983.785	2.088.388
Sistemas de Processamento de Dados	2.553.281	(1.602.278)	951.003	1.054.923
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	4.528.530	(3.212.298)	1.316.232	1.398.841
Sistemas de Segurança e Comunicações	822.656	(538.972)	283.684	586.394
Outras	324.834	(249.492)	75.342	76.610
<b>Total</b>	<b>16.280.482</b>	<b>(9.896.134)</b>	<b>6.384.348</b>	<b>7.046.685</b>

### 16. Intangível

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Amortização Residual	Líquido	Líquido
<b>Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas</b>	<b>27.220.515</b>	<b>(26.518.018)</b>	<b>702.497</b>	<b>1.876.197</b>
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>10.793.517</b>	<b>(6.224.576)</b>	<b>4.568.941</b>	<b>4.220.591</b>
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.639.641	(3.927.863)	2.711.778	2.100.607
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.980.496	(2.187.562)	1.792.934	1.964.771
Outros	173.380	(109.151)	64.229	155.203
<b>Total</b>	<b>38.014.032</b>	<b>(32.742.594)</b>	<b>5.271.438</b>	<b>6.096.778</b>

### Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Amortização Residual	Líquido	Líquido
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>11.145.052</b>	<b>(6.457.073)</b>	<b>4.687.979</b>	<b>4.452.919</b>
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.976.444	(4.131.308)	2.845.136	2.313.156
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.980.497	(2.187.562)	1.792.935	1.964.771
Outros	188.111	(138.202)	49.930	174.992
<b>Total</b>	<b>39.300.136</b>	<b>(33.177.436)</b>	<b>6.122.700</b>	<b>6.471.617</b>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve impairment.

### 17. Captações

#### a) Abertura de contas Patrimoniais

	31/12/2021		31/12/2020	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
<b>Depósitos</b>	<b>106.065.134</b>	<b>104.464.738</b>	<b>91.776.359</b>	<b>104.576.178</b>
Depósitos à Vista	40.776.429	-	-	-
Depósitos de Poupança	65.220.066	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	-	2.453.850	2.893.514	273.873
Depósitos a Prazo <sup>(1)</sup>	68.639	102.010.888	88.882.845	104.302.305
Outros Depósitos	-	-	-	-
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>-</b>	<b>80.761.481</b>	<b>4.393.054</b>	<b>15.715.553</b>
Carteira Própria	-	73.901.771	1.209.214	3.074
Títulos Públicos	-	60.546.331	1.089.597	-
Títulos de Emissão Própria	-	-	-	-
Outros	-	13.355.440	119.617	3.074
Carteira de Terceiros	-	6.859.710	-	-
Carteira de Livre Movimentação	-	-	3.183.840	15.712.479
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>-</b>	<b>7.043.270</b>	<b>21.832.673</b>	<b>86.967.036</b>
Recursos de Aceites Cambiais	-	-	-	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	6.658.846	14.857.200	52.001.851
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.642.155	6.038.317	20.243.698
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	1.693.295	5.822.800	9.473.339
Letras Financeiras - LF <sup>(3)</sup>	-	2.161.516	2.480.290	20.432.457
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG <sup>(4)</sup>	-	161.879	515.793	1.852.358
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	-	5.886.661	32.540.510
Certificados de Operações Estruturadas	-	384.423	1.088.813	2.424.675
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>-</b>	<b>30.532.143</b>	<b>49.876.504</b>	<b>11.173.187</b>
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	28.527.840	47.493.793	3.707.117
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	25.882.186	24.578.234	308.749
Outras Linhas de Crédito	-	2.645.654	22.915.559	3.398.368
Obrigações por Repasses do País	-	2.004.303	2.382.711	7.466.070
<b>Total</b>	<b>106.065.134</b>	<b>222.801.631</b>	<b>167.878.590</b>	<b>218.431.954</b>

	31/12/2021		31/12/2020	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
<b>Depósitos</b>	<b>105.742.955</b>	<b>104.775.766</b>	<b>87.788.088</b>	<b>105.332.878</b>
Depósitos à Vista	40.454.250	-	-	-
Depósitos de Poupança	65.220.066	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	-	2.421.773	1.392.120	909.184
Depósitos a Prazo <sup>(1)</sup>	68.639	102.353.993	86.395.968	104.423.694
Outros Depósitos	-	-	-	-
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>-</b>	<b>76.387.769</b>	<b>3.545.278</b>	<b>15.715.553</b>
Carteira Própria	-	70.828.055	361.439	3.074
Títulos Públicos	-	57.472.615	241.822	-
Títulos de Emissão Própria	-	-	-	-
Outros	-	13.355.440	119.617	3.074
Carteira de Terceiros	-	5.559.714	-	-
Carteira de Livre Movimentação	-	-	3.183.840	15.712.479
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>-</b>	<b>7.313.586</b>	<b>20.267.894</b>	<b>67.799.380</b>
Recursos de Aceites Cambiais	-	58.889	276.261	1.026.293
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	6.870.273	15.947.164	54.352.000
Letras de Crédito Imobiliário - LCI <sup>(2)</sup>	-	2.642.155	6.038.317	20.243.698
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	1.693.295	5.822.800	9.473.339
Letras Financeiras - LF <sup>(3)</sup>	-	2.372.948	3.570.254	22.782.606
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG <sup>(4)</sup>	-	161.879	515.793	1.852.358
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	-	2.955.656	9.996.412
Certificados de Operações Estruturadas	-	384.423	1.088.813	2.424.675
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>-</b>	<b>30.537.059</b>	<b>49.876.504</b>	<b>11.173.187</b>
Obrigações por Empréstimos no País	-	4.916	-	-
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	28.527.840	47.493.793	3.707.117
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	25.882.186	24.578.234	308.749
Outras Linhas de Crédito	-	2.645.654	22.915.559	3.398.368
Obrigações por Repasses do País	-	2.004.303	2.382.711	7.466.070
<b>Total</b>	<b>105.742.955</b>	<b>219.014.179</b>	<b>161.477.785</b>	<b>200.020.997</b>

<sup>(1)</sup> Consideramos os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

<sup>(2)</sup> Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel.

<sup>(3)</sup> Em 31 de dezembro de 2021 possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2028.

<sup>(4)</sup> As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2021 possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2031.

<sup>(5)</sup> Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2035.

<sup>(6)</sup> Captação feita no âmbito da linha Computatária Especial de Liquidez nos termos da Resolução 4.705/20.

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2031 (31/12/2020 - até o ano de 2024) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,33% a 4,75% a.a. (31/12/2020 - de 0,35% a.a. a 4,3% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Banco		Consolidado	
					12/31/2021	12/31/2020	12/31/2021	12/31/2020
Eurobonds	2018	2025	USD	4,4%	117.151	14.469	117.150	14.469
Eurobonds	2018	2025	USD	0% a 4,4%	771.300	-	771.300	-
Eurobonds	2019	2022	USD	4,4%	28.088	857.678	-	853.929
Eurobonds	2019	2022	USD	0% a 4,4%	106.805	1.625.192	-	1.625.192
Eurobonds	2019	2023	USD	0% a 4,4%	796.097	1.841.240	-	1.720.186
Eurobonds	2019	2023	USD	CDI + 2,65%	4.465	-	-	-
Eurobonds	2019	2024	USD	4,4%	133.796	-	-	-
Eurobonds	2019	2024	USD	0% a 4,4%	2.193.989	-	-	-
Eurobonds	2019	2024	USD	CDI + 2,65%	26.424	-	-	-
Eurobonds	2019	2025	USD	0% a 4,4%	369.554	-	225.533	-
Eurobonds	2019	2026	USD	4,4%	75.716	-	75.716	-
Eurobonds	2019	2026	USD	0% a 4,4%	293.644	-	-	-
Eurobonds	2019	2027	USD	0% a 4,4%	643.846	-	632.831	-
Eurobonds	2020	2022	USD	4,4%	308.279	-	306.253	-
Eurobonds	2020	2022	USD	0% a 4,4%	1.703.339	-	-	-
Eurobonds	2020	2022	USD	CDI+6,4%	75.485	-	-	-
Eurobonds	2020	2023	USD	4,4%	4.627	-	-	-
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 4,4%	3.220.706	-	455.666	-
Eurobonds	2020	2023	USD	CDI+6,4%	60.388	6.513.222	-	1.279.507
Eurobonds	2020	2024	USD	4,4%	8.053	10.061.315	-	3.252.485
Eurobonds	2020	2024	USD	0% a 4,4%	2.464.322	170.257	-	170.257
Eurobonds	2020	2024	USD	CDI+6,4%	143.744	4.800.393	-	16.923
Eurobonds	2020	2025	USD	4,4%	12.724	121.925	-	121.925
Eurobonds	2020	2025	USD	0% a 4,4%	4.381.601	1.527.334	46.655	22.887
Eurobonds	2020	2026	USD	0% a 4,4%	16.760	-	-	-
Eurobonds	2020	2026	USD	0% a 4,4%	173.048	-	-	-
Eurobonds	2020	2027	USD	0% a 4,4%	19.330	223.435	-	223.435
Eurobonds	2021	2022	USD	4,4%	42.728	2.476.780	-	98.082
Eurobonds	2021	2022	USD	0% a 4,4%	2.854.297	-	2.005.534	-
Eurobonds	2021	2022	USD	Até 9%	63.104	-	41.749	-
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI+1,9%	221.194	-	205.624	-
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI+6,4%	30.459	-	-	-
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI + 2,65%	699.890	-	181.116	-
Eurobonds	2021	2023	USD	0% a 4,4%	1.385.937			

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$256.770 no Banco e R\$283.528 no Consolidado (31/12/2020 - R\$239.370 no Banco e R\$263.183 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 20.h.

**d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista**  
São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria. Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**Ex-Empregados do Banepsa.** Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banepsa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banepsa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o Banco Banepsa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banepsa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão de Embargos de Declaração, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve seu seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação à ação principal, em agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro competente de cada um representado e a AFABESP interpor recurso, que foi julgado improcedente (negado provimento). Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença.

Em 31 de dezembro de 2021, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

**d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível**  
Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisto de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

**Ações de Caráter Identificatório** - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**Planos Econômicos** - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tabula).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em julgado a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

**e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível**  
São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$29.726 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

**INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$7.341 milhões.

**Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$1.146 milhões.

**Compensação Não Homologada** - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$5.355 milhões.

**Amortização do Ágio do Banco Real** - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$1.466 milhões.

**Perdas em Operações de Crédito** - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$1.176 milhões.

**Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL** - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$1.093 milhões.

**Amortização do Ágio do Banco Sudameris** - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$659 milhões.

**IRPJ e CSLL - Ganho de Capital** - a Secretária da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controladora da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$496 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$267 milhões no Consolidado, excluindo o processo abaixo:

**Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPD** - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPD para aposentados do Banepsa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorrem dessa decisão e os Recursos ainda estão pendentes de julgamento. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam com nome em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.380 milhões no Consolidado, tendo como principais processos:

**Ação Indenizatória oriunda do Banco Bandeje** - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia** - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

**Ação Oriunda de Disputa Contratual** - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

**f) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores**  
Referem-se a ações de natureza civil no montante de R\$496 (31/12/2020 - R\$496) no Banco e no Consolidado, registrados em outros passivos (Nota 19) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos (Nota 12).

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2020	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	109.718	135.345	245.063	109.885	135.438	245.323
De Domiciliados no Exterior	3.708.977	3.544.491	7.253.468	3.708.810	3.544.398	7.253.208
<b>Total</b>	<b>3.818.695</b>	<b>3.679.836</b>	<b>7.498.531</b>	<b>3.818.695</b>	<b>3.679.836</b>	<b>7.498.531</b>
(-) Ações em Tesouraria	(15.755)	(15.755)	(31.510)	(18.829)	(18.829)	(37.658)
<b>Total em Circulação</b>	<b>3.802.940</b>	<b>3.664.081</b>	<b>7.467.021</b>	<b>3.799.866</b>	<b>3.661.007</b>	<b>7.460.873</b>

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**  
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, vedou que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerar o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também vedou a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, apresentamos a distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	Em Milhares de Ações/Units					
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2020	
Em milhares de Reais	Bruto		Líquido		Líquido	
	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos <sup>(1)(5)</sup>	3.000.000	382.9809	421.2789	804.2597	382.9809	421.2789
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(2)(5)</sup>	3.400.000	434.0449	477.4494	911.4944	368.9382	405.8320
Dividendos <sup>(3)(5)</sup>	3.000.000	382.9809	421.2789	804.2597	382.9809	421.2789
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(4)(5)</sup>	249.000	31.7868	34.9655	66.7524	27.0188	29.7207
<b>Total</b>	<b>9.649.000</b>	<b>1.237.800</b>	<b>1.364.709</b>	<b>2.186.750</b>	<b>1.261.908</b>	<b>1.357.353</b>

<sup>(1)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2021, pagos no dia 02 de junho de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(2)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(3)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(4)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, que serão pagos a partir do dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(5)</sup> Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

	31/12/2020					
	Em milhares de Reais		Reais por Milhares de Ações/Units		Líquido	
	Bruto		Líquido		Líquido	
	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(1)(6)</sup>	890.000	113.7129	125.0842	238.7972	96.6560	106.3216
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(2)(6)</sup>	770.000	98.3793	108.2172	206.5965	83.6224	91.9846
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(3)(6)</sup>	1.000.000	127.7636	140.5400	268.3036	108.5991	119.4590
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(4)(6)</sup>	665.000	84.9626	93.4589	178.4214	72.2182	79.4400
Dividendos <sup>(5)(6)</sup>	512.085	65.4257	71.9683	137.3940	65.4257	71.9683
<b>Total</b>	<b>3.807.085</b>	<b>3.687.276</b>	<b>4.247.021</b>	<b>7.221.828</b>	<b>3.261.027</b>	<b>3.660.873</b>

<sup>(1)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(2)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(3)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2020, pagos no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(4)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020, pagos em fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(5)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 02 de fevereiro de 2021, pagos no dia 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(6)</sup> Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

## o) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

### Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

### Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

### Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

### d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

	Banco/Consolidado			
	Em Milhares de Ações		Em Milhares de Reais	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Quantidade	Quantidade	Units	Units
	<b>18.829</b>	<b>16.702</b>		
	91	5.052		
	(3.165)	(2.925)		
	<b>15.755</b>	<b>18.829</b>		
	R\$ 711.268	R\$ 789.587		
	R\$ 1.771	R\$ 1.771		
	<b>R\$ 713.039</b>	<b>R\$ 791.358</b>		

## Custo/Cotação da Ação

Custo Mínimo (\*)

Custo Médio Ponderado (\*)

Custo Máximo (\*)

Cotação da Ação

(\*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

## e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Banco RCI Brasil S.A.	916.393	844.805	94.649	108.578
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	177.880	162.010	15.905	13.537
Banco PSA	129.975	136.806	13.375	12.308
Rojo Entretenimento S.A.	6.939	7.087	(147)	(159)
Santander Leasing	-	-	-	(877)
GIRA	-	-	-	-
TORO Corretora	3.109	-	1.569	-
TORO	22.948	-	(4.402)	-
<b>Total</b>	<b>1.257.244</b>	<b>1.150.708</b>	<b>120.949</b>	<b>133.387</b>

## 22. Partes Relacionadas

### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizado em 26 de março de 2021 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2021, no montante de até R\$443.940 (quatrocentos e trinta e três mil, novecentos e quarenta mil reais), abrangendo a remuneração

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco				Consolidado			
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Bandepe <sup>(2)</sup>	-	-	855	-	-	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	20.536	-	-	-	-	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. <sup>(2)</sup>	3.772	-	13.438	-	-	-	-	-
Santander Leasing <sup>(2)</sup>	21.235	-	3.507	-	-	-	-	-
Santander Corretora de Seguros <sup>(2)</sup>	9.964	-	5.459	-	-	-	-	-
Webmotors S.A.	-	-	-	21.763	-	18.455	-	-
Getnet S.A.	-	-	29.488	-	-	-	-	-
Diversos	4.311	-	5.900	-	48	-	113	-
<b>Outros Ativos - Negociação</b>								
<b>Intermediação de Valores</b>	<b>531.612</b>	<b>1.297</b>	<b>342.974</b>	<b>5.465</b>	<b>531.612</b>	<b>1.297</b>	<b>342.974</b>	<b>90.713</b>
Banco Santander Espanha <sup>(1)</sup>	531.612	1.297	342.974	5.465	531.612	1.297	342.974	90.713
<b>Outros Ativos - Carteira de Câmbio Líquida</b>	<b>(159.043)</b>	<b>50.078</b>	<b>(353.445)</b>	<b>665.980</b>	<b>(159.043)</b>	<b>50.078</b>	<b>(353.445)</b>	<b>665.980</b>
Banco Santander Espanha <sup>(1)</sup>	(159.043)	49.765	(353.445)	665.980	(159.043)	49.765	(353.445)	665.980
Pessoal Chave da Administração	-	313	-	180	-	313	-	180
<b>Outros Ativos - Rendas a Receber</b>	<b>1.904.465</b>	<b>892.761</b>	<b>2.055.724</b>	-	<b>3.229.825</b>	<b>915.137</b>	<b>3.009.987</b>	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. <sup>(8)</sup>	-	1.904.420	835.680	1.826.204	-	3.229.780	858.056	2.768.088
CAR10 TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO S.A.	-	45	-	-	-	45	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. <sup>(8)</sup>	-	-	57.081	229.520	-	-	57.081	241.899
<b>Valores a Receber de Societades Ligadas</b>	<b>27.068</b>	<b>878.829</b>	<b>20.353</b>	<b>594.691</b>	<b>5.894</b>	<b>183.105</b>	<b>13.681</b>	<b>8.481</b>
Santander Capitalização S.A. <sup>(2)</sup>	-	4.606	-	393.603	-	-	-	-
Aymoré CFI <sup>(2)</sup>	-	404.671	-	-	-	-	-	-
Santander FI Diamantina <sup>(2)</sup>	-	41.298	1.604	34.502	-	-	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. <sup>(8)</sup>	169	4.185	169	6.558	169	4.185	169	6.558
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	885	-	-	191	3.170	532	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. <sup>(2)</sup>	-	978	-	978	-	-	-	-
Santander CCMV <sup>(2)</sup>	-	75.218	-	67.742	-	-	-	-
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	-	-	23	-	23	-
Santander Brasil Consórcio	872	32.481	419	22.380	-	-	-	-
Santander Corretora de Seguros <sup>(2)</sup>	-	46.780	-	33.599	-	-	-	-
Esfera Fidelidade S.A. <sup>(2)</sup>	2.109	3.880	4.757	3.080	-	-	-	-
Banco Santander Espanha <sup>(1)</sup>	4.516	-	4.516	-	4.516	-	4.516	-
Santander Digital Assets, SL	-	-	-	-	-	8.105	-	-
Santander FI Hedge Strategies <sup>(2)</sup>	15.474	8.154	6.795	3.912	-	-	-	-
Getnet S.A. <sup>(2)</sup>	320	103.946	632	6.352	655	169.425	-	-
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. <sup>(8)</sup>	-	3.898	-	-	-	3.898	-	-
Santander fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado Investimento no exterior <sup>(2)</sup>	-	41.298	-	-	-	-	-	-
Diversos	3.608	106.551	1.461	21.985	340	2.427	336	1.923
<b>Resultado não operacional</b>								
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	-	168.588	-	-	-	168.588
<b>Outros Ativos - Diversos</b>	<b>2.973.160</b>	<b>116.936</b>	<b>1.452.382</b>	<b>226.434</b>	<b>2.886.739</b>	<b>108.868</b>	<b>1.486.386</b>	<b>149.424</b>
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	8.006
Banco Santander Espanha <sup>(1)</sup>	1.923.587	-	1.444.376	-	1.923.657	-	1.486.341	(35)
Banco Santander Capitalização S.A. <sup>(2)</sup>	5.264	71.317	4.416	175.657	-	-	-	8.525
Banco Santander Internacional <sup>(2)</sup>	-	43.375	-	45.261	-	43.375	-	45.261
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. <sup>(8)</sup>	-	1.567	-	1.499	-	1.567	-	1.499
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. <sup>(8)</sup>	1	258	-	165	-	752	-	1.703
Pessoal Chave da Administração	-	419	3.590	3.852	963.081	62.775	45	85.656
Diversos	1.044.308	561	-	-	-	-	-	-
<b>Depósitos</b>	<b>(28.958.024)</b>	<b>125.034</b>	<b>(23.503.316)</b>	<b>1.183.447</b>	<b>(1.535.726)</b>	<b>(7.304)</b>	<b>(946.054)</b>	<b>(22.655)</b>
Bandepe <sup>(2)</sup>	561	-	-	-	-	-	-	-
Santander Leasing <sup>(2)</sup>	(58.271)	(2.592)	(81.354)	(4.142)	-	-	-	-
Banco Santander Espanha <sup>(1)</sup>	(10.995)	-	(13.156)	-	(10.995)	-	(55.059)	-
Aymoré CFI <sup>(2)</sup>	(1.376.716)	(38.792)	(190.480)	(26.628)	-	-	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. <sup>(8)</sup>	(63.864)	-	(64.836)	-	(63.864)	-	(64.836)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. <sup>(8)</sup>	(9.379)	-	(6.443)	-	(9.379)	-	(6.443)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. <sup>(8)</sup>	(44.141)	(1.159)	(335)	(5.664)	(44.141)	(1.159)	(335)	(5.664)
Fundo de Investimento Santillana <sup>(2)</sup>	(15)	-	(44)	-	(15)	-	(44)	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. <sup>(2)</sup>	(86)	-	(780)	-	(86)	-	(780)	-
Banco RCI Brasil S.A. <sup>(2)</sup>	(31.934)	(6.281)	(226.046)	(6.226)	(31.934)	(6.281)	(226.046)	(6.226)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. <sup>(8)</sup>	(722.783)	25.372	(581.543)	(14.645)	(722.783)	25.372	(581.543)	(14.645)
Getnet S.A. <sup>(2)</sup>	(372.151)	-	(242.391)	-	(372.151)	-	-	-
Santander FI Diamantina <sup>(2)</sup>	(25.670.214)	158.424	(21.416.222)	1.250.951	-	-	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(36.390)	(1)	(21.725)	-	(36.390)	(1)
Liderança Serviços Especializados em Cobranças LTDA.	(6.940)	(47)	-	-	-	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	(28.409)	(1.426)	(36.705)	(823)	(28.672)	(1.428)	(36.762)	(823)
Diversos	(540.962)	(8.465)	(605.591)	(9.322)	(271.380)	(4.717)	(164.642)	(1.522)
<b>Operações Compromissadas</b>	<b>(7.262.118)</b>	<b>(249.964)</b>	<b>(7.160.549)</b>	<b>(227.283)</b>	<b>(1.003.908)</b>	<b>(37.118)</b>	<b>(2.186.105)</b>	<b>(53.243)</b>
Santander FI Amazonas <sup>(2)</sup>	(313.849)	(19.011)	(501.384)	(7.020)	-	-	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	241.716	(6.916)	-	(1.806)	241.716	(6.916)	-	(1.806)
Santander Leasing <sup>(2)</sup>	-	(1.663)	(151.438)	(35.980)	-	-	-	-
Santander CCMV <sup>(2)</sup>	(277.092)	(9.747)	(202.222)	(3.732)	-	-	-	-
Santander FI SBAC <sup>(2)</sup>	(2.128.150)	(95.691)	(2.797.429)	(85.927)	-	-	-	-
Santander FI Guarujá <sup>(2)</sup>	(456.680)	(17.797)	(472.220)	(11.124)	-	-	-	-
Santander FI Diamantina <sup>(2)</sup>	(765.265)	(11.818)	(460.034)	(9.123)	-	-	-	-
Santander FI Unix <sup>(2)</sup>	(26.745)	(1.123)	(25.457)	(2.582)	-	-	-	-
Fundo de Investimento Santillana <sup>(2)</sup>	(2.277.832)	(30.424)	(2.186.104)	(50.815)	(1.241.109)	(30.024)	(2.186.104)	(50.815)
Pessoal Chave da Administração	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	(1.258.222)	(56.189)	(363.661)	(19.165)	(4.515)	(1)	(613)	-
<b>Recursos de Acetate e Emissão de Títulos</b>	<b>128.214</b>	<b>(6.150)</b>	<b>(117.368)</b>	<b>(3.825)</b>	<b>128.593</b>	<b>(6.195)</b>	<b>(117.368)</b>	<b>(3.825)</b>
Pessoal Chave da Administração	128.214	(6.150)	(117.368)	(3.825)	128.593	(6.195)	(117.368)	(3.825)
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>4.870.966</b>	<b>(123.804)</b>	<b>(10.401.564)</b>	<b>(94.890)</b>	<b>(18.247.450)</b>	<b>(123.804)</b>	<b>(10.401.564)</b>	<b>(55.686)</b>
Banco Santander Espanha <sup>(1)</sup>	(11.167.495)	(123.804)	(10.401.564)	(8.194)	(11.167.495)	(123.804)	(10.401.564)	(55.686)
Banco Santander México <sup>(8)</sup>	-	-	-	(86.696)	-	-	-	-
Santander FI Hedge Strategies <sup>(2)</sup>	-	(2.356.687)	-	-	-	-	-	-
Santander fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado Investimento no exterior	25.475.103	-	-	-	(7.079.955)	-	-	-
Getnet S.A.	-	-	-	-	(7.079.955)	-	-	-
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(664.528)</b>	-	<b>(508.491)</b>	<b>(10.185)</b>	<b>(564.786)</b>	-	<b>(508.491)</b>	<b>(10.185)</b>
Banco Santander Espanha <sup>(1)</sup>	(73)	-	(195)	-	(73)	-	(195)	-
Sterrebeek B.V. <sup>(2)</sup>	(100.418)	-	(268.406)	-	(100.418)	-	(268.406)	-
GES <sup>(1)</sup> <sup>(8)</sup>	(464.295)	-	(239.890)	-	(464.295)	-	(239.890)	-
Pessoal Chave da Administração	258	-	-	(10.185)	-	-	-	(10.185)
<b>Valores a Pagar de Societades Ligadas</b>	<b>(370.541)</b>	<b>(2.040.001)</b>	<b>(361.599)</b>	<b>(1.663.389)</b>	<b>(272.941)</b>	<b>(1.315.108)</b>	<b>(82.479)</b>	<b>(1.232.400)</b>
Santander Brasil Tecnologia S.A. <sup>(2)</sup>	-	(244.023)	(4.353)	(236.972)	-	-	-	-
Banco Santander Espanha <sup>(1)</sup>	(241.640)	(22.721)	(202.787)	(717.403)	(241.641)	(242.721)	(21)	(717.403)
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A. <sup>(2)</sup>	(17.976)	(196.090)	(14.751)	(164.092)	-	-	-	-
Getnet S.A. <sup>(2)</sup>	(4.627)	(509.819)	(17.573)	(26.576)	(5.183)	(514.362)	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. <sup>(8)</sup>	(12.286)	(56.482)	(9.373)	(52.379)	(12.286)	(56.482)	(9.373)	(52.379)
Santander Leasing <sup>(2)</sup>	(79.374)	-	(79.374)	-	-	-	-	-
FRST Tecnologia e Inovação Ltda	-	(202.266)	-	-	-	-	-	-
Santander Brasil Asset Management DTVM S.A. <sup>(8)</sup>	-	-	-	-	-	(95)	(1.728)	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. <sup>(8)</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(13.136)	(436.911)	(31.774)	(344.593)	(13.136)	(436.911)	(31.774)	(344.593)
Diversos	(1.502)	(151.689)	(1.614)	(121.374)	(675)	(78.608)	(668)	(74.023)
<b>Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital</b>	<b>(14.088.607)</b>	<b>(2.272.870)</b>	<b>(13.119.660)</b>	<b>(4.263.360)</b>	<b>(14.088.607)</b>	<b>(2.272.870)</b>	<b>(13.119.660)</b>	<b>(4.263.360)</b>
Banco Santander Espanha <sup>(1)</sup> <sup>(8)</sup>	(14.088.607)	(2.272.870)	(13.119.660)	(4.263.360)	(14.088.607)	(2.272.870)	(13.119.660)	(4.263.360)
<b>Despesas com Doações</b>	-	-	-	<b>(17.000)</b>	-	<b>(17.830)</b>	-	-
Instituto Escola Brasil	-	-	-	-	-	(700)	-	-
Santander Cultural	-	-	-	-	-	(330)	-	-
Fundação Sudameris	-	-	-	(17.000)	-	(16.430)	-	(17.000)
Fundação Santander	-	-	-	-	-	(1.400)	-	(1.600)
<b>Outros Passivos - Diversos</b>	<b>(759.920)</b>	<b>(1.279.172)</b>	<b>(6.210.051)</b>	<b>(1.725.286)</b>	<b>(811.756)</b>	<b>(1.156.808)</b>	<b>(672.658)</b>	<b>(956.505)</b>
Banco Santander Espanha <sup>(1)</sup>	-	-	-	(1.837)	-	-	-	(1.967)
TecBan	-	-	-	(364.349)	-	-	-	(364.349)
Santander Brasil Tecnologia S.A. <sup>(2)</sup>	-	(212.593)	-	-	-	-	-	-
Aquamima Brasil Ltda. <sup>(8)</sup>	-	(29.180)	-	(224.557)	-	-	-	-
Santander Caceis Brasil DTVM S.A. <sup>(8)</sup>								

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios):** fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

**Clínica Grátis:** plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

**Lei 9.656 (Diretores):** Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

**Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida):** concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

**Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida):** incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

### Apureza do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.342.690)	(613.101)	(4.960.995)	(759.370)	(4.510.768)	(613.101)	(5.158.657)	(759.370)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.906.369	-	5.191.809	-	5.096.262	-	5.398.667	-
	<b>563.679</b>	<b>(613.101)</b>	<b>230.814</b>	<b>(759.370)</b>	<b>585.495</b>	<b>(613.101)</b>	<b>240.010</b>	<b>(759.370)</b>

### Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor não Reconhecido como Ativo	(563.678)	-	(230.814)	-	585.495	-	(613.101)	-	(240.010)	(759.370)
<b>Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)</b>	-	<b>(613.101)</b>	-	<b>(759.370)</b>	-	<b>(613.101)</b>	-	<b>(759.370)</b>	-	-

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	
Superávit	563.678	-	230.814	-	585.495	-	240.010	-
Déficit	-	(613.101)	-	(759.370)	-	(613.101)	-	(759.370)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(563.678)	-	(230.814)	-	585.495	-	(240.010)	-
<b>Mudanças em Hipóteses Demográficas</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)</b>	-	<b>(613.101)</b>	-	<b>(759.370)</b>	-	<b>(613.101)</b>	-	<b>(759.370)</b>
Contribuições Efetuadas	149.181	37.255	129.526	38.449	152.096	37.255	132.253	38.449
Receitas (Despesas) Reconhecidas	4.001	(56.798)	(14.878)	(61.247)	3.626	(56.798)	(15.851)	(61.247)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.208.790)	(5.525)	(1.053.068)	(171.337)	(1.190.988)	(5.525)	(1.037.807)	(171.337)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(111.147)	-	332.520	-	(118.549)	-	343.053	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	
Experiência do Plano	(336.602)	49.985	192.944	81.964	(340.863)	49.985	207.273	81.964
Mudanças em Hipóteses Financeiras	984.402	116.272	158.480	18.015	1.020.225	116.272	164.105	18.015
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(446)	-	(20.621)	-	(446)	-	(20.621)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>647.800</b>	<b>165.811</b>	<b>351.424</b>	<b>79.357</b>	<b>679.362</b>	<b>165.811</b>	<b>371.378</b>	<b>79.357</b>

Retorno dos Investimentos Diferenciado do Retorno Implícito

na Taxa de Desconto	(498.406)	-	(30.265)	-	(521.100)	-	(34.409)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>(498.406)</b>	-	<b>(30.265)</b>	-	<b>(521.100)</b>	-	<b>(34.409)</b>	-

**Mudança no Superávit Irrecuperável** **(302.576)** **-** **(230.814)** **-** **(313.984)** **-** **(240.010)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	
Experiência do Plano	(336.602)	49.985	192.944	81.964	(340.863)	49.985	207.273	81.964
Mudanças em Hipóteses Financeiras	984.402	116.272	158.480	18.015	1.020.225	116.272	164.105	18.015
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(446)	-	(20.621)	-	(446)	-	(20.621)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>647.800</b>	<b>165.811</b>	<b>351.424</b>	<b>79.357</b>	<b>679.362</b>	<b>165.811</b>	<b>371.378</b>	<b>79.357</b>

Retorno dos Investimentos Diferenciado do Retorno Implícito

na Taxa de Desconto	(498.406)	-	(30.265)	-	(521.100)	-	(34.409)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>(498.406)</b>	-	<b>(30.265)</b>	-	<b>(521.100)</b>	-	<b>(34.409)</b>	-

**Mudança no Superávit Irrecuperável** **(302.576)** **-** **(230.814)** **-** **(313.984)** **-** **(240.010)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	
Experiência do Plano	(336.602)	49.985	192.944	81.964	(340.863)	49.985	207.273	81.964
Mudanças em Hipóteses Financeiras	984.402	116.272	158.480	18.015	1.020.225	116.272	164.105	18.015
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(446)	-	(20.621)	-	(446)	-	(20.621)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>647.800</b>	<b>165.811</b>	<b>351.424</b>	<b>79.357</b>	<b>679.362</b>	<b>165.811</b>	<b>371.378</b>	<b>79.357</b>

Retorno dos Investimentos Diferenciado do Retorno Implícito

na Taxa de Desconto	(498.406)	-	(30.265)	-	(521.100)	-	(34.409)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>(498.406)</b>	-	<b>(30.265)</b>	-	<b>(521.100)</b>	-	<b>(34.409)</b>	-

**Mudança no Superávit Irrecuperável** **(302.576)** **-** **(230.814)** **-** **(313.984)** **-** **(240.010)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	
Experiência do Plano	(336.602)	49.985	192.944	81.964	(340.863)	49.985	207.273	81.964
Mudanças em Hipóteses Financeiras	984.402	116.272	158.480	18.015	1.020.225	116.272	164.105	18.015
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(446)	-	(20.621)	-	(446)	-	(20.621)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>647.800</b>	<b>165.811</b>	<b>351.424</b>	<b>79.357</b>	<b>679.362</b>	<b>165.811</b>	<b>371.378</b>	<b>79.357</b>

Retorno dos Investimentos Diferenciado do Retorno Implícito

na Taxa de Desconto	(498.406)	-	(30.265)	-	(521.100)	-	(34.409)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>(498.406)</b>	-	<b>(30.265)</b>	-	<b>(521.100)</b>	-	<b>(34.409)</b>	-

**Mudança no Superávit Irrecuperável** **(302.576)** **-** **(230.814)** **-** **(313.984)** **-** **(240.010)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	
Experiência do Plano	(336.602)	49.985	192.944	81.964	(340.863)	49.985	207.273	81.964
Mudanças em Hipóteses Financeiras	984.402	116.272	158.480	18.015	1.020.225	116.272	164.105	18.015
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(446)	-	(20.621)	-	(446)	-	(20.621)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>647.800</b>	<b>165.811</b>	<b>351.424</b>	<b>79.357</b>	<b>679.362</b>	<b>165.811</b>	<b>371.378</b>	<b>79.357</b>

Retorno dos Investimentos Diferenciado do Retorno Implícito

na Taxa de Desconto	(498.406)	-	(30.265)	-	(521.100)	-	(34.409)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>(498.406)</b>	-	<b>(30.265)</b>	-	<b>(521.100)</b>	-	<b>(34.409)</b>	-

**Mudança no Superávit Irrecuperável** **(302.576)** **-** **(230.814)** **-** **(313.984)** **-** **(240.010)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	
Experiência do Plano	(336.602)	49.985	192.944	81.964	(340.863)	49.985	207.273	81.964
Mudanças em Hipóteses Financeiras	984.402	116.272	158.480	18.015	1.020.225	116.272	164.105	18.015
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(446)	-	(20.621)	-	(446)	-	(20.621)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>647.800</b>	<b>165.811</b>	<b>351.424</b>	<b>79.357</b>	<b>679.362</b>	<b>165.811</b>	<b>371.378</b>	<b>79.357</b>

Retorno dos Investimentos Diferenciado do Retorno Implícito

na Taxa de Desconto	(498.406)	-	(30.265)	-	(521.100)	-	(34.409)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>(498.406)</b>	-	<b>(30.265)</b>	-	<b>(521.100)</b>	-	<b>(34.409)</b>	-

**Mudança no Superávit Irrecuperável** **(302.576)** **-** **(230.814)** **-** **(313.984)** **-** **(240.010)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	
Experiência do Plano	(336.602)	49.985	192.944	81.964	(340.863)	49.985	207.273	81.964
Mudanças em Hipóteses Financeiras	984.402	116.272	158.480	18.015	1.020.225	116.272	164.105	18.015
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(446)	-	(20.621)	-	(446)	-	(20.621)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>647.800</b>	<b>165.811</b>	<b>351.424</b>	<b>79.357</b>	<b>679.362</b>	<b>165.811</b>	<b>371.378</b>	<b>79.357</b>

Retorno dos Investimentos Diferenciado do Retorno Implícito

na Taxa de Desconto	(498.406)	-	(30.265)	-	(521.100)	-	(34.409)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>(498.406)</b>	-	<b>(30.265)</b>	-	<b>(521.100)</b>	-	<b>(34.409)</b>	-

**Mudança no Superávit Irrecuperável** **(302.576)** **-** **(230.814)** **-** **(313.984)** **-** **(240.010)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Banco				Consolidado			
--	-------	--	--	--	-------------	--	--	--

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**vii) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.**

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações"). A Incorporação de Ações resultou em um aumento do capital social da Santander Leasing de R\$ 5.365.189.080,65 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, oitenta reais e sessenta e cinco centavos), em razão da incorporação das ações de emissão do Banco Bandepe detidas pelo Banco Santander.

**viii) Cisão Parcial e segregação da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A.**

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão parcial do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornaram acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil.

Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

**ix) Celebração de contrato para a Aquisição da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém EIRELI**

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos. Após a aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 12 de março de 2021, passando o Banco Santander a deter 100% do capital social das empresas Paytec.

**x) Dissolução e liquidação do Banco Santander Brasil, Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A.**

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.), entidade offshore com sede na Espanha, integralmente detida pelo Banco Santander Brasil, que atuou para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros. O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

**xi) Alienação dos Investimentos na Norchem Holding e Negócios S.A. e Norchem Participações e Consultoria S.A.**

Em 8 de outubro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A se retirou do quadro de acionistas das empresas Norchem Participações e Consultoria S.A. (NPC) e Norchem Holding e Negócios S.A. (NHN), mediante redução de capital nos valores de R\$ 19.950 milhões e R\$ 14.770 milhões, respectivamente, e consequente cancelamento das ações detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

**xii) Aquisição de Participação Societária na Toro Controle**

Em 29 de setembro de 2020, a Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A. ("Pi"), a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlava a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Pi passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

**xiii) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária no Gira - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.**

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2021. Com a efetivação da a operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

**xiv) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda.**

Em 24 de março de 2020, foi realizada a aquisição, pelo Banco, das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099 milhões, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. e Aultur HJT Processamento de Dados Ltda. Como resultado, o Banco passou a ser acionista direto da Toque Fale e detentor de 100% do seu capital.

**xv) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.**

Em 28 de fevereiro de 2020, foi realizada a venda da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. para a Superdigital Holding Company, S.L., sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270 milhões. Como resultado, o Banco deixou de ser acionista da Superdigital.

**xvi) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.**

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,01% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curto prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

**xvii) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A. e incorporação do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A.** Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R\$1,6 bilhão ("Operação"), a ser pago na data de fechamento da Operação.

Em 31 de janeiro de 2020, o Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pelo Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$1.608.772. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

Em 31 de agosto de 2020, os acionistas do Banco Santander aprovaram a incorporação, pelo Banco, do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A. As incorporações não resultaram em um aumento do capital social do Santander Brasil.

### 32. Outras Informações

a) As cobrições e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$49.624.633 (31/12/2020 - R\$46.471.443) no Banco e R\$49.624.633 (31/12/2020 - R\$46.471.443) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 2.770.684 (31/12/2020 - R\$2.716.477) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$ 192.927.475 (31/12/2020 - R\$191.873.169) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2021, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$9.214.986 (31/12/2020 - R\$9.051.568) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$1.546.120 (31/12/2020 - R\$1.427.608).

d) Entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuem essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

Até 1 Ano	31/12/2021	31/12/2020
Entre 1 a 5 Anos	715.576	670.619
Mais de 5 Anos	1.420.853	1.607.995
<b>Total</b>	<b>2.317.946</b>	<b>2.450.034</b>

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$801 (31/12/2020 - R\$880) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2021, foram no valor de R\$369.482 (2020 - R\$358.656).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor. Valor de Mercado dos Ativos e Passivos Financeiros

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1 - Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificadas a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2 - São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por fluxos de mercado).

	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
Álvaro Antônio Cardoso de Souza - Presidente (independente)	Deborah Stern Veitias - Conselheira (independente)	José Garcia Cantera - Conselheiro
Sérgio Agapito Lires Rial - Vice-Presidente	Jose Antonio Alvarez Alvarez - Conselheiro	Marília Arlmonte Rocca - Conselheiro (independente)
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)	José de Paiva Ferreira - Conselheiro	Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

	<b>COMITÊ DE AUDITORIA</b>	
Deborah Stern Veitias - Coordenadora	René Luiz Grande - Membro	
Maria Elena Cardoso Figueira - Membro Técnico Qualificado	Vania Maria da Costa Borgerth - Membro	

	<b>COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE</b>	
Pedro Augusto de Melo - Coordenador	José de Paiva Ferreira - Membro	
Álvaro Antonio Cardoso de Souza - Membro	Virginie Genés-Petronilho - Membro	

	<b>COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE</b>	
Marília Arlmonte Rocca - Coordenadora	Carlos Rey de Vicente - Membro	Tasso Rezende de Azevedo - Membro
Carlos Aguiar Neto - Membro	Mario Roberto Opice Leão - Membro	

	<b>COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA</b>	
Álvaro Antonio Cardoso de Souza - Coordenador	Deborah Patricia Wright - Membro	Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro

	<b>COMITÊ DE REMUNERAÇÃO</b>	
Deborah Patricia Wright - Coordenadora	Álvaro Antonio Cardoso de Souza - Membro	Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro

	<b>CONSELHO FISCAL*</b>	
Louise Barsi - Membro efetivo	Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente	Cassia Maria Matsuno Chibante - Membro efetivo**
Manoel Marcos Madureira - Membro suplente	Valmir Pedro Rossi - Membro suplente	José Roberto Machado Filho - Membro efetivo**

\*O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2021, data esta em que tomaram posse nos respectivos cargos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022.

\*\*Possse pendente homologação do BACEN

	<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>					
	<b>DIRETOR PRESIDENTE</b>	Sérgio Agapito Lires Rial				
	<b>DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES</b>	Angel Santodomingo Martell				
	<b>DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS</b>	Alberto Monteiro de Queiroz Netto Alessandro Tomao	Antonio Pardo de Santayana Montes Carlos Rey de Vicente	Ede Ilson Viani Jean Pierre Dupui	Juan Sebastian Moreno Blanco Mario Roberto Opice Leão	Patrícia Souto Audi Vanessa de Souza Lobato Barbosa
	<b>DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA</b>	Adriana Marques Lourenço de Almeida Amancio Acúrcio Gouveia Ana Paula Vitali Janes Vescovi André de Carvalho Novaes Andrea Marques de Almeida Carlos Aguiar Neto Cassio Schmitt Claudeteia Lopes Duarte Daniel Fantoni Assa Elita Vecchin Pastorelo Ariáz	Francisco Soares da Silva Junior Franco Luigi Fasoli Geraldo José Rodrigues Alcmin Neto Germanuela de Almeida de Abreu Gilberto Duarte de Abreu Filho Gustavo Alejo Viviani Igor Mario Puga Jean Paulo Kambourakis João Marcos Paqueno De Biase José Teixeira de Vasconcelos Neto	Luiz Guilherme Mattos de Oilem Bittencourt Luiz Masagão Ribeiro Filho Marcelo Augusto Dutra Labato Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite Marilize Ferrazza Santinoni Marino Alexandre Calheiros Aguiar Ramón Sanchez Diaz Ramon Sanchez Santiago Reginaldo Antonio Ribeiro Ricardo Olivare de Magalhães	Roberto Alexandre Borges Fischetti Robson de Souza Rezende Rogério Magno Panca Sandro Kohler Marcondes Sandro Mazerino Sobral Sandro Rogério da Silva Gamba Thomas Rogas da Ilha Vitor Ohtsuki	
	<b>CONTADOR</b>	Diego Santos Almeida - CRC Nº 1SP 316054/O-4				

	<b>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>
Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.	

	<b>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE OS AUDITORES INDEPENDENTES</b>
Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.	

	<b>Continua...</b>
--	--------------------

Assinado digitalmente conforme

MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 - ICP-Brasil

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, incluindo as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em atendimento à U.S. Securities and Exchange Commission - SEC, o Comitê de Auditoria desempenha a função de Audit Committee do Santander, em conformidade com o disposto no Sarbanes-Oxley Act.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander ([www.ri.santander.com.br](http://www.ri.santander.com.br)), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 03 de maio e 1º de junho de 2021. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2021.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

### I - Demonstrações Financeiras

**IFRS** - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e, por ser listada na NYSE, das normas emitidas pela SEC e Lei Sarbanes-Oxley. Nesse sentido, tomou conhecimento dos resultados contabilizados do segundo semestre e ano de 2021 do Santander e do Conglomerado, no padrão IFRS.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

### II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e *Compliance*, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de *Compliance* e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nºs 2.554/1998, 4.557/2017, 4.893/2021 e 4.968/2021, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

### III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2021, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; e (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., referentes ao quarto trimestre de 2021 e exercício social de 2021, e concluíram, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o parecer sem ressalva da PwC Auditores Independentes, que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022.

### CONSELHO FISCAL

Luciano Faleiros Paulucci

Louise Barsi

Manoel Marcus Madureira - Presidente

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Santander (Brasil) S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações financeiras consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 8)</b></p> <p>A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.</p> <p>Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de <i>ratings</i> (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.</p> <p>A Administração também considerou os impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, e Resolução CMN nº 4.855, de setembro de 2020, que dispõem sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas no período da pandemia da COVID-19.</p> <p>Adicionalmente, a Administração avaliou o impacto da COVID-19 no processo de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nessa avaliação considerou informações prospectivas, incluindo alterações nos cenários macroeconômicos, impactando o modelo de cálculo de provisionamento da perda esperada de crédito.</p> <p>Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de <i>rating</i> considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.</p> <p>Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos <i>ratings</i> atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.</p> <p>Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela Administração para considerar os impactos da COVID-19 na mensuração da perda esperada de crédito adicional, avaliando a razoabilidade das estimativas realizadas considerando os modelos, premissas e dados utilizados. Adicionalmente, verificamos que os ajustes efetuados na provisão para créditos de liquidação duvidosa foram aprovados pelos órgãos de governança apropriados.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria</p>

### Provisões para passivos contingentes (Notas 3(r) e 20)

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

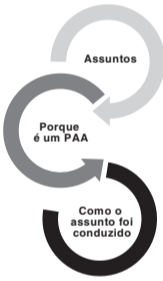
A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre e exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.



### IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pelo Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2021. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do ano de 2021, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/99. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

### V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.860/20 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2021, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

### VI - Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, acompanha as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

### VII - Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vi) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (vii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (viii) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PLCD. O Comitê de Auditoria participou de reunião do Comitê de Sustentabilidade para conhecimento, dentre outros, dos indicadores socioambientais que norteiam os negócios.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

### VIII - Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados e conferem transparência e qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2021, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 27 de janeiro de 2022.

### Comitê de Auditoria

Deborah Stern Veitas - Coordenadora

Maria Elena Cardoso Figueira - Especialista Financeira

René Luiz Grande

Vanía Maria da Costa Borgerth

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Ambiente de tecnologia da informação (Nota 30(a))</b></p> <p>O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.</p> <p>Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.</p> <p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.</p> <p>Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.</p>

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2022



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes Contador CRC 1SP222767/O-3

Assinado digitalmente conforme

MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 - ICP-Brasil